



RESULTADOS DO NÚCLEO TEMÁTICO - 2016

O Brasil no novo contexto Sul-Americano



Ficha técnica

Editor executivo
Tomás Amorim

Pesquisadores
Centro Brasileiro de
Relações Internacionais
Agustín Castaño
Lucia Maduro
Sylvie d'Apote

Pesquisadores
Conselho Argentino para
as Relações Internacionais
Martín Piñeiro

Pesquisadores
Conselho Uruguaio para as
Relações Internacionais
Miguel Vaczy
Washington Durán

Curadoria
José Botafogo Gonçalves
Maitê Bustamante
Rafael Tiago Juk Benke

Parceria institucional
Victor Rico
*Diretor-Representante da
CAF no Brasil*

Marcelo dos Santos
*Executivo Principal. Setor
Privado / Representação no
Brasil*

Coordenação editorial
Julia Dias Leite
Luciana Gama Muniz

Revisão técnica
Ariane Costa
Gabriel Torres

Apoio editorial
Bárbara Brant
Clarice Perrot
Elisa Calzolari
Julia Regina Milla
Julia Saenz
Luisa Barbosa
Mayara Gonçalves

Projeto gráfico
Presto Design

Realização



Apoio



Parcerias



As opiniões externadas nessa publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Todos os direitos são reservados ao
CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Rua da Candelária, 9 - Grupo 201
Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20091-020
Tel: 00 55 21 2206-4444
cebri@cebri.org.br - www.cebri.org.br

Índice

Sobre o CEBRI	4
---------------	----------

Apresentação	5
--------------	----------

Principais desafios para garantir uma integração mais pragmática do Mercosul - agroindústria, energia e infraestrutura	7
<i>CEBRI, CARI, CEPEI, CURI</i>	

Mercosul: crise e oportunidade de reflexão sobre a agenda de integração	32
<i>Lucia Baptista Maduro</i>	

Sobre o CEBRI

Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais é pautado pela excelência, ética e transparência na formulação e disseminação de conteúdo de alta qualidade sobre o cenário internacional e o papel do Brasil. Engajando os setores público e privado, a academia e a sociedade civil em um debate plural, o CEBRI influencia a construção da agenda internacional do país e subsidia a formulação de políticas públicas, gerando ações de impacto e visão prospectiva.

Ao longo de dezoito anos de história, a instituição se destaca por seu acervo intelectual, pela capacidade de congregar múltiplas visões de renomados especialistas e pela envergadura de seu Conselho Curador.

Conectado à agenda internacional, o CEBRI identifica e analisa as mais relevantes questões internacionais, promovendo o engajamento entre a produção de conhecimento e a ação política.

www.cebri.org

Apresentação

Com quase duas décadas de atuação, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) consolidou-se como um dos mais importantes centros de pensamento crítico em relações internacionais do país. Desde a sua fundação, a instituição assumiu uma postura de vanguarda no debate sobre as principais questões que o Brasil enfrenta diante do contexto global e vem, cada vez mais, reafirmando o seu compromisso de contribuir com a sociedade brasileira na promoção de um engajamento contínuo entre produção de conhecimento e ação política não partidária, direcionada à inserção qualitativa do Brasil no mundo.


Inspirado em uma tendência internacional de atuação de *think tanks*, o CEBRI constituiu núcleos temáticos de pesquisa com vistas a elevar a qualidade e aprofundar o debate sobre as relações internacionais do Brasil, contribuindo com importantes reflexões para ampliar a nossa capacidade de perceber a realidade internacional à luz das prioridades do Brasil, de forma a assegurar ao país uma atuação no cenário global compatível com o seu peso e os seus interesses.

Ao longo de 2016, o **Núcleo Temático sobre o Brasil no novo contexto Sul-Americano** se dedicou a uma série de atividades para repensar novas perspectivas para a integração regional na América do Sul, diante de uma conjuntura econômica nacional fragilizada, além de um cenário geopolítico e geoeconômico internacional em transformação. Esta publicação apresenta os *papers* que foram desenvolvidos como exercício de reflexão sobre possíveis caminhos para a construção de uma agenda de trabalho comum para os países sul-americanos. O primeiro *paper*, desenvolvido em parceria com os *think tanks* de relações internacionais dos países fundadores do Mercosul – (i) *Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales* (CARI), (ii) *Consejo Uruguayo para las Relaciones Internacionales* (CURI) e (iii) *Centro Paraguayo de Estudios Internacionales* (CEPEI) – aborda os principais desafios para alavancar a integração regional, com foco nos setores agroindustrial,

energético e infraestrutura. O segundo paper, de autoria da Lúcia Maduro, traça um panorama rico e objetivo sobre os desenvolvimentos recentes do Mercosul, sua pauta de comércio e potenciais caminhos para sua revitalização.

Essa empreitada não seria possível sem o apoio fundamental do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), em especial do seu Diretor Representante no Brasil, Victor Rico. Em consonância com os objetivos em comum de ambas as organizações de promover a integração regional e modelos de desenvolvimento sustentáveis, a parceria possibilitou a promoção do diálogo entre atores diversos, dos setores público, privado, academia e sociedade civil, garantindo a oxigenação do debate sobre caminhos para a maximização do potencial da integração regional sul-americana.

Boa leitura!



Principais desafios para garantir uma integração mais pragmática do Mercosul - agroindústria, energia e infraestrutura

CEBRI, CARI, CEPEI, CURI *

I. Introdução

O novo contexto sul-americano, marcado por mudanças conjunturais nos âmbitos político e econômico, traz à tona a importância de se refletir sobre novos caminhos para a inserção internacional da região de forma mais estratégica e adequada ao panorama global contemporâneo.

Nesse contexto é condição *sine qua non* para a retomada do processo de integração do MERCOSUL o reconhecimento por parte dos representantes governamentais dos países sócios que o atual modelo de integração não atende plenamente às transformações econômicas, tecnológicas, políticas e sociais ocorridas desde a sua fundação, há vinte e cinco anos. Para tanto, é necessário adotar uma posição transformadora da atual realidade, a partir do reconhecimento de que o processo de inserção dos países do Cone Sul nas cadeias globais de valor, só ocorrerá se formos capazes - governos, empresários, acadêmicos e sociedade civil - de propor de forma coordenada planos alicerçados em inovação, estruturados dentro de uma integração regional e inseridos nos preceitos da nova ordem econômica mundial.

O quadro que se apresenta na região demanda ações de curto e médio

prazo visando criar espaços de diálogo e debates estratégicos para que seja possível dimensionar as políticas de integração regional com propostas passíveis de serem executadas a fim de gerar impacto na ação política. Assim, é essencial trazer para o centro do diálogo os principais desafios que se colocam dentro desse contexto.

Dessa forma, o Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales – CARI, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, o Consejo Paraguayo de Estudios Internacionales – CEPEI e o Consejo Uruguayo para las Relaciones Internacionales – CURI lançaram uma plataforma de atuação conjunta, com vistas a fomentar um espaço para o diálogo propositivo com instituições do setor público e privado e da academia dos quatro países, com foco na construção de uma agenda de trabalho positiva e pragmática com capacidade para contribuir para a formulação de políticas públicas voltadas para elevar a integração regional no âmbito do Mercosul, em especial no que tange aos setores agroalimentar, energético e infraestrutura.

II. Setores prioritários para a integração regional no âmbito do MERCOSUL

A proximidade física entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e a ausência de obstáculos geográficos significativos coloca os quatro membros plenos e fundadores do MERCOSUL em uma posição privilegiada para uma cooperação estratégica no desenho de políticas públicas mais ambiciosas. Sobretudo, no que diz respeito à integração física, que tanto poderá contribuir para ampliar os avanços educacionais, culturais e sociais, assim como a realização de negócios.

Ressalte-se o esforço de implementação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada durante a 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, no ano 2000. A iniciativa teve um papel importante no sentido de identificar os principais gargalos e potencialidades da região. No entanto, decorridos dezesseis anos registram-se poucos avanços na resolução dos desafios logísticos e de infraestrutura, em especial no que diz respeito à harmonização de normas e regulações entre os países.

Os países sócios do MERCOSUL estão ancorados comercialmente em um legado histórico e em um patrimônio de acordos e compromissos firmados, que criam um ambiente propício para se avançar nas discussões em torno do estabelecimento de um processo de integração mais eficaz. Não obstante os entraves econômicos e políticos vivenciados pelo MERCOSUL, é necessário reconhecer que apesar de ter contribuído com uma melhora significativa no dinamismo comercial da região, há uma série de fatores que contribuíram para o retrocesso dos seus objetivos, dentre os quais podem ser sinalizados: i) desequilíbrios macroeconômicos, ii) marcos regulatórios incompatíveis iii) nacionalismos-protetionistas, iv) aparelhamento político-partidário, v) crises econômicas e vi) desvios ideológicos.

É de fundamental importância a convergência de esforços dos membros plenos e fundadores do MERCOSUL na coordenação de políticas macroeconômicas capazes de contribuir para intensificar a realização de acordos de comércio preferencial que possibilitem uma reconfiguração da participação do bloco na nova arquitetura do comércio internacional.

A integração regional de cadeias produtivas pressupõe um programa intergovernamental de convergência dos principais parâmetros macroeconômicos, respeitando-se as devidas assimetrias. A eficácia da liberalização comercial e a convergência macroeconômica implicam em um ambiente setorial e microeconômico favorável aos investimentos produtivos, por meio do aumento dos investimentos e substanciais melhorias na infraestrutura subcontinental, sobretudo no que diz respeito à produção de energia e de alimentos.

O setor de alimentos

Alguns temas exigem uma análise reflexiva para a tomada de decisões, destacando-se neles o setor agroindustrial, considerando o aumento populacional previsto para as próximas décadas, que impacta diretamente a demanda por energia e por alimentos. Segundo dados do IPEA, a população mundial atingirá a marca de 8,3 bilhões, em 2030. Por sua vez, a iniciativa E15 afirma que a demanda global por energia para 2030 pode ter um aumento de aproximadamente 50%, seguida por um aumento de 35% da demanda por alimentos, assim. Nesse contexto, a América do Sul pode adquirir um papel central na produção e exportação de alimentos. O boom das commodities agroalimentares nos últimos anos contribuiu para elevar a capacidade de produção agrícola e a participação dos países do MERCOSUL no mercado global. Os recursos naturais abundantes e a vasta experiência em produção e exportação agrícola colocam a região, em bases crescentemente sustentáveis, no patamar de celeiro mundial em um futuro próximo.

Atualmente, a região possui capacidade para ser um exportador mundial de alimentos com elevado valor agregado de capital intelectual, com consequente efeito sobre serviços e atividade industrial. Uma estratégia de produção de alimentos inteligentes pode ter um efeito de impulso ao desenvolvimento industrial e tecnológico dos países do MERCOSUL, incluindo os novos membros assim que complete o seu processo de incorporação pelo bloco.

O setor de energia

A América do Sul também possui um papel central na geopolítica da energia, uma vez que conta com uma invejável diversidade de fontes energéticas, incluindo gás, petróleo, sol e vento, biocombustíveis e recursos hídricos. Não obstante, a região ainda tem um longo caminho a percorrer no sentido de superar questões estratégicas, políticas e econômicas para uma integração energética capaz de elevar a sua participação no mercado global.

Nesse sentido, tanto a busca por uma diversificação da matriz energética como a integração das cadeias produtivas para produtos agroalimentares, além da necessidade de investimentos em infraestrutura, podem alavancar o desenvolvimento da região de forma mais equilibrada. Para tanto, faz-se necessário avançar na construção de uma agenda de trabalho conjunta, no âmbito dos países do MERCOSUL, com vistas a desenhar políticas convergentes capazes de ampliar a produtividade e a competitividade da região e, conseqüentemente, elevar o patamar do comércio intrarregional e qualificar a inserção da América do Sul na economia global.

Os setores vinculados à Integração Física e ao desenvolvimento da Conectividade

Dada a importância da conectividade e integração física regional como mecanismos de desenvolvimento econômico, torna-se essencial buscar o reconhecimento das prioridades nacionais, com sucessiva prospecção e identificação consensual de projetos prioritários, que possam contribuir de forma mais pragmática para a construção de um plano de ação entre os setores público e privado do MERCOSUL.

Estes três setores são vistos como pilares fundamentais para um desenvolvimento integral de uma economia competitiva em nível internacional, o que permitiria a reinserção internacional dos quatro países da região tanto na área comercial como nos investimentos externos diretos.

Neste sentido, a região deve se preparar para uma estratégia de negociações internacionais ampla que abarque e inclua tanto as negociações atuais com a União Europeia como uma aproximação estratégica e cuidadosa com Estados Unidos e China.

Desenvolver esta nova e complexa estratégia de inserção internacional por parte dos quatro países requer o desenvolvimento de mecanismos institucionais que permitam uma ação coordenada por parte dos quatro governos.

Desafios Importantes

Os desafios para avançar na busca por uma integração regional efetiva passa por um esforço de compatibilizar os marcos legais, normativos e regulatórios entre os países sócios, bem como, abordar outros temas, entre esses:

- Facilitação do comércio intrarregional e internacional por meio da adoção de medidas que reduzam a fragmentação regional e promovam a integração das cadeias produtivas.
- Harmonização de normas técnicas, sanitárias e fitossanitárias.
- Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, principalmente no que tange ao aproveitamento mais sustentável dos recursos naturais.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai - por meio dos representantes dos seus governos em conjunto com o setor empresarial, acadêmico e a sociedade - possuem um papel central com capacidade para alavancar, de forma objetiva, as iniciativas de integração regional em um curto-médio prazo buscando propor soluções pragmáticas e identificação de meios que permitam a construção de alianças estratégicas, desde que em conjunto se admita que o desenvolvimento e o crescimento regional estão alicerçados no século XXI numa amálgama de indústria, serviços e cadeias de valor agregado global.

III. Integração Agroindustrial¹

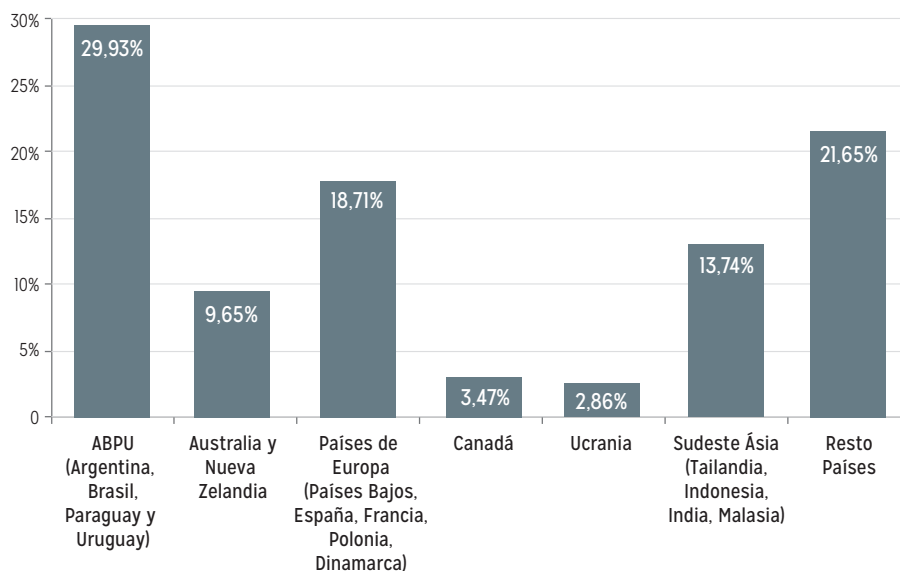
Depois de vinte e cinco anos de sua criação, o Mercosul alcançou uma série de importantes acontecimentos na integração política dos quatro países e facilitou uma projeção conjunta no âmbito internacional. Também houve progresso na área econômica e comercial, com aumento do comércio e da integração produtiva em alguns setores econômicos, como o automotivo. No entanto, a partir de uma perspectiva mais específica em termos do setor agroindustrial — um setor no qual os quatro países têm importantes vantagens competitivas — o processo de integração comercial e produtiva há sido mais elusivo. Isto é especialmente visível no setor agroindustrial, aonde o Mercosul não tem conseguido converter-se em uma plataforma regional de exportações ao mundo.

O potencial da produção de alimentos na região

A produção de alimentos nos países fundadores do Mercosul é um pilar importante do desenvolvimento econômico dos quatro países envolvidos. Nesses países a produção agroindustrial representa um componente importante da estrutura econômica, emprega aproximadamente 30% da mão de obra empregada, e gera cerca de 50% das exportações totais da região. Por outro lado, a participação dos quatro países no comércio mundial de alimentos é muito significativa: representa 11% das exportações mundiais de alimentos e 30% das exportações líquidas de alimentos, o que a converte em na principal região exportadora destes produtos a nível mundial.

¹ Fonte: PIÑEIRO, Martin. El sector de alimentos en argentina, brasil, paraguay y uruguay (ABPU). 10 Seminário Mercosul - Juntos Hacia El Mundo. CARI. Junho, 2016.

Gráfico 1: Principais Exportadores de Alimentos, 2015



Fonte: PIÑEIRO, Martin. El sector de alimentos en Argentina, Brasil, Paraguai y Uruguay (ABPU). Seminario Mercosul - Juntos Hacia El Mundo. CARI. Junho, 2016.

A magnitude destas cifras indica tanto a importância da região na determinação dos preços internacionais e na estabilidade dos mercados alimentícios como sua importância como provedor de alimentos e, conseqüentemente, seu papel na segurança alimentar mundial. Olhando para o futuro, e tal como sugerem as projeções da OECD-FAO, é razoável esperar que a participação da região no comércio mundial de alimentos irá aumentar. Estas projeções se baseiam em três elementos centrais: 1) a extraordinária dotação dos recursos naturais agrícolas; 2) a eficiente estrutura organizacional muito eficiente desenvolvida durante as últimas duas décadas; e 3) o alto nível tecnológico alcançado na produção primária.

Com respeito a dotação de recursos naturais é importante indicar algumas estatísticas. Segundo a FAO, a América Latina dispõe de 36% das terras agrícolas e um terço dos recursos de água doce do mundo. Uma parte importante destes recursos está na região do Mercosul. Por outro lado, estima-se que os quatro países tenham aproximadamente 50 milhões de hectares de terra apta para produção agropecuária que poderiam ser incorporadas à produção com custos por unidade de produto não muito superior aos observados em terras atualmente sob produção. Esta produção adicional, mais a que se conseguiu por maiores rendimentos derivados da inovação tecnológica, explica o aumento de produção projetado pelas estimativas da OECDFAO. Uma capacidade produtiva importante não igualada em outras regiões do mundo.

Em relação à organização da produção primária os quatro países têm experimentado,

durante os últimos anos, com níveis diferentes de intensidade, um processo de reorganização produtiva baseada na organização de redes de produção, nas quais participam diferentes atores econômicos que aportam ao processo produtivo diferentes fatores de produção (terra, capital, tecnologia e trabalho). Essas contribuições são realizadas sob diferentes arranjos organizacionais e jurídicos. Este tipo de organização, desenvolvida em primeira instância na Argentina, tem-se estendido aos outros três países, em alguns casos através da participação do investimento de caráter regional. Essas novas formas organizacionais facilitam também a rápida adoção de um conjunto de tecnologias que aumentaram a produção e a competitividade da agricultura de forma sustentável, dentre as quais o plantio direto e o aprimoramento genético são os exemplos mais notáveis.

O impacto profundo destas transformações tecnológicas e organizacionais sobre a produção foi significativo. A produção de cereais e oleaginosas mais do que dobrou durante as últimas duas décadas e a região se converteu no primeiro exportador mundial em uma série de produtos, incluindo: carne bovina e aviária, soja, azeite de soja, azeite de amendoim, farinhas de oleaginosas, açúcar, café, suco de laranja e de limão, peras, alho, mel e tabaco, além de segundo exportador mundial de carnes, amendoim, azeite de girassol e milho.

A situação da integração agroindustrial na região

Este potencial produtivo agroindustrial não tem sido acompanhado por um processo sólido e profundo de integração comercial e produtiva, apesar da proximidade geográfica e da existência do Mercosul como mecanismo institucional comum nos quatro países.

Tabela 1: Comércio de produtos agroindustriais, 2104; em milhões de US\$

PAÍS DE ORIGEM	EXPORTAÇÃO INTRARREGIONAL	EXPORTAÇÃO TOTAL	COMÉRCIO INTRARREGIONAL/ TOTAL
Argentina	3.267,8	37.308,9	8,76%
Brasil	1.264,5	80.661,4	1,57%
Paraguai	1.086,2	6.403,6	16,96%
Uruguai	823,5	6.022,8	13,67%
Total	6.442,0	130.396,7	4,94%

Fonte: Martín Piñeiro & UNComtrade.

O intercâmbio comercial em bens alimentares entre os quatro países é muito baixo em relação às exportações totais agroalimentares da região. Essa fraqueza do comércio pode ser explicada por a) a baixa complementariedade da produção agropecuária nos quatro países, exceto nos poucos produtos nos quais o comércio agroalimentar é mais significativo (como por exemplo trigo, café, e algumas frutas); e b) o baixo nível de integração produtiva agroindustrial que existe na região.

Um indicador do baixo nível de integração produtiva é o escasso número de empresas latinas, que estão bastante concentradas nos setores de carnes. Esta fraca integração produtiva explica o baixo nível do comércio de bens intermediários de origem agropecuária. Também impede o aproveitamento das sinergias e economias de escala que se poderiam obter, a nível regional, nos processos de agregação de valor à produção primária agropecuária. Esse conjunto de circunstâncias negativas são uma importante limitação às ambições de que o Mercosul seja uma plataforma com ampla capacidade agroexportadora mundial, projetando-se ao comércio internacional como região. Aumentar e aprofundar essa baixa integração produtiva no setor agroalimentar requer ações concertadas por parte dos quatro países em diversas áreas econômicas e produtivas. A maior parte destas ações não requer investimentos importantes nem tem altas demandas tecnológicas. Ao contrário, as dificuldades principais para sua implementação estão radicadas na necessidade de uma forte vontade política para implementá-las e o fortalecimento tanto das normas existentes como das instituições envolvidas.

As principais áreas de trabalho são: a) cooperação para a inovação; b) restrições não tarifárias ao comércio; c) facilitar e promover investimentos regionais para aumentar o baixo número de empresas latinas que operam em mais de um dos países da região; d) promover uma maior coordenação das atividades de promoção de exportações; e e) aumentar a participação do Mercosul nas negociações comerciais internacionais.

IV. Integração Energética²

Um modelo eficaz de integração energética é um que permita a obtenção de um abastecimento seguro e com o menor custo para cada participante. Quanto maior e mais integrado for o sistema, mais robusto e resistente será, o que permitirá uma melhor adaptação às necessidades variáveis das partes interessadas. Tendo em consideração a necessidade de satisfazer uma demanda de energia com tendência crescente – apesar das turbulências transitórias – assim como de realizar uma gestão eficiente e sustentável dos recursos naturais, é preciso pensar no futuro da energia na região de uma maneira holística e sistêmica.

O foco deste *paper* incluirá seis países que já possuem uma história de intercâmbio de energia e de infraestrutura, além de interconexões elétricas e de gás: quatro dos cinco membros do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e dois países vizinhos, Bolívia e Chile, são países-observadores do Mercosul e mantêm importante intercâmbios de energia com os quatro membros plenos. A Venezuela, o quinto membro do Mercosul, não estará incluída nesta discussão pela distância e a interconexão energética limitada com os outros países.

² Fonte: CASTAÑOS, Augustin; D'APOTE, Sylvie. La reactivación de la integración energética regional en el cono sur. Seminario Mercosul - Juntos Hacia el Mundo. CEBRI | Tradução Livre. Junho, 2016.

Os seis países têm uma história antiga de interconexões binacionais e intercâmbios tanto de gás natural quanto de eletricidade. As exportações de gás começaram em 1972, quando terminou a construção do primeiro gasoduto binacional no Cone Sul, entre Bolívia e Argentina. Atualmente existem na região dezessete gasodutos que atravessam fronteiras: nove entre Argentina e Chile; dois entre Argentina e Bolívia; três entre Argentina e Uruguai; um entre Argentina e Brasil; dois entre Bolívia e Brasil. No âmbito dos intercâmbios transfronteiriços de eletricidade, atualmente há 17 conexões entre os seis países e 3 hidroelétricas binacionais.

No Cone Sul, os esboços de integração energética regional dos anos noventa foram seguidos por um período marcado pela desconfiança gerada pelas dificuldades para cumprir alguns compromissos de fornecimento, acompanhado, em muitos casos, por tendências de nacionalismo energético. É importante adotar um enfoque pragmático para a realização paulatina do processo de integração energética no Cone Sul, apontando uma complementação regional orgânica e planejada no curto e médio prazo, com uma visão de plena integração em longo prazo. Essa integração deve considerar o papel de diversas e abundantes fontes de energia nas cadeias de produção regionais e seu impacto mais amplo sobre a integração econômica geral.

Observando outros exemplos exitosos de integração energética regional, a complementação regional no setor passa por quatro eixos ou etapas:

1. Acordos comerciais, operativos e financeiros entre dois ou mais países, seja impulsionado por atores privados com o respaldo dos governos, como encabeçados por governos através de suas empresas públicas. As diretrizes dos governos sobre política econômica definirão quais dessas opções serão promovidas.
2. Instalação de nova infraestrutura de interconexão, ou, quando seja possível, uso da existente.
3. Harmonização regulatória básica, incluindo parâmetros operacionais e especificações de produto.
4. Acordos regionais de tarifação tendendo a uma convergência na formação de preços.

Algumas questões devem ser consideradas para aumentar a probabilidade de sucesso das ações de complementação/integração que se identifiquem. Em primeiro lugar, deve ser reconhecida a condição dinâmica dos balanços energéticos nacionais, hoje excedentes, mas amanhã deficitários, e seu impacto na variabilidade das necessidades complementares.

É necessário que as interconexões previstas permitam aos produtos energéticos fluir em ambas direções. É possível observar o impacto desta dinâmica no uso da infraestrutura existente, por exemplo, no fluxo inverso dos gasodutos que conectam o norte e o centro

do Chile e da Argentina. É provável que o gasoduto por debaixo do Rio da Prata entre o Uruguai e a Argentina também seja operado na direção oposta a qual foi desenhado. A maioria das interconexões elétricas binacionais já opera em ambas as direções, mas esta possibilidade não havia sido considerada para os gasodutos no passado.

Em segundo lugar, o gás natural líquido (GNL) tem um papel cada vez mais importante na composição do balanço energético dos países do Mercosul e seus vizinhos. Sendo utilizada inicialmente como uma opção complementar à oferta interna de energia nos picos de demanda, devido à sazonalidade na Argentina ou às mudanças nas reservas hídricas do Brasil, a presença de GNL se desenvolveu gradualmente até ser, hoje, uma fonte estável, incorporada ao planejamento dos balanços de gás e eletricidade. Já estão sendo observados destinos transnacionais para a importação de GNL, como nos casos do Chile e do Uruguai com a Argentina. Também houve importações de GNL do Brasil pela Argentina.

Uma terceira questão importante é o futuro papel da Bolívia, que requer uma nova leitura. Em determinado momento a Bolívia aspirou ser o centro regional de gás natural, mas atualmente existem dúvidas sobre a evolução de suas reservas de gás natural e seu real potencial para seguir sendo um provedor regional através de gasodutos ao Brasil e à Argentina. O fato de que a Bolívia não é membro pleno do Mercosul somente acentua essa incerteza, dificultando as interações.

Em quarto lugar, apesar do importante potencial hidroelétrico da região, os novos projetos de geração, inclusive os binacionais, devem se adaptar a regulamentos ambientais mais severos, o que impede a construção de grandes reservatórios.

Por último, as participações crescentes de novas fontes renováveis de geração de eletricidade, como a eólica e a solar, também precisam ser estudadas e avaliadas dentro de uma perspectiva regional. Estas fontes intermitentes precisam de algum respaldo de energia segura constante, o que pode ser proporcionado de forma economicamente mais eficiente dentro de um sistema regional interconectado.

A identificação de ações de curto e médio prazo que possam reativar e fortalecer a integração energética regional deve basear-se tanto nos eixos estruturais tradicionais como nos novos problemas que caracterizam os balanços energéticos dos países da região. Apesar de que várias das possíveis ações podem requerer investimentos específicos, e, em alguns casos, melhorias tecnológicas, o sucesso das práticas depende principalmente de: 1) vontade política, 2) força das instituições e 3) qualidade da coordenação entre os países.

É essencial para a retomada do debate sobre temas de energia no Mercosul a inclusão de diálogo com os países não membros. É neste contexto que é importante fortalecer institucionalmente o Mercosul, reativando o Subgrupo de Trabalho N° 9 de Energia.

Nesse interim, quatro vetores de reativação foram identificados, cada um com uma série de ações que geram impacto na complementação e/ou integração plena:

1. Otimização da oferta regional de gás natural.
2. *Back-up* regional para as novas fontes renováveis intermitentes.
3. Integração elétrica (desde as interconexões pontuais a uma verdadeira integração regional dos sistemas).

POSSÍVEIS AÇÕES DE CURTO E MÉDIO PRAZO PARA A REATIVAÇÃO DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL NO CONE SUL

1. Otimização da oferta regional de gás natural;

O fornecimento do gás natural nos países do Cone Sul depende cada vez mais das importações externas, que complementam a produção doméstica e as exportações da Bolívia ao Brasil e a Argentina. Atualmente a região conta com sete plantas de regasificação, com uma capacidade total de importação de 85 milhões de m³/dia. A oitava planta está em construção no Uruguai.

Mapa 1: Rede de gasodutos no Cone Sul e plantas de regasificação



Fonte: Sylvie D'Apote, em Corbeau and Ledesma (2016), "LNG Markets in Transition - The great reconfiguration", Oxford University Press, Capítulo 6.

Por outro lado, os países já têm interconexões através de gasodutos que permitem que a importação de GNL feita em um país possa ter como destino final seu consumo em outro país. Já temos exemplos de tais fluxos: entre Argentina e o Brasil (GNL importado pela Argentina alimentou uma central térmica no Brasil); entre Chile e Argentina (GNL importado pelo Chile está alimentando demandas do mercado argentino), e o mais provável é que a futura planta de regasificação no Uruguai possa abastecer a Argentina, e possivelmente o Brasil, através da Argentina.

Cada país importador escolhe a combinação mais econômica das fontes disponíveis de gás natural (produção nacional, importações via dutos e importações de gás natural líquido), tendo em conta suas demandas localizadas e a disponibilidade da rede de transporte interno. Entretanto, seria interessante uma análise conjunta das fontes, com coordenação entre os países, que permita otimizar o fornecimento de gás de dentro e fora da região, estabelecendo prioridade entre elas, organizando licitações conjuntas para a compra de GNL e aumentando a capacidade de negociação da região.

Neste contexto é importante que a Bolívia assuma um novo papel. Hoje, devido à incerteza sobre a evolução das reservas de gás da Bolívia, a Argentina e o Brasil “competem” para garantir e manter seus volumes de abastecimento. Mas ao mesmo tempo ambos países precisam de flexibilidade neste fornecimento. Sendo a Bolívia a origem comum para os países importadores, em um otimização da oferta regional, o papel da Bolívia seria equilibrar os balanços subregionais de oferta e demanda, atuando como um compensador entre Argentina e o Brasil.

2. *Back-up* regional para as novas fontes renováveis intermitentes

No Cone Sul é relevante o avanço das energias renováveis (em especial eólica, mas também solar fotovoltaica, solar térmica, geotérmica, etc). Em 2015 o Uruguai gerou 18% de sua eletricidade a partir da energia eólica, e espera duplicar essa cifra até 2017. No Brasil o crescimento da energia eólica tem sido significativo nos últimos anos, alcançando 4% de sua capacidade de geração em 2015. É esperado que essa proporção aumente nos próximos anos, tendo em vista projetos adjudicados por um total de 9 GW de potência. Na Argentina, as energias renováveis representam atualmente 1.9% da demanda elétrica (2015). No entanto, o governo argentino pôs em ação um plano para fomentar as fontes de energia renovável, com objetivo de aumentar a participação dessas fontes para 8% da matriz em 2018 e 20% em 2025. O Paraguai não produz eletricidade a partir de energia eólica nem solar, mas realizou um mapeamento de recursos e incluiu a incorporação de novas fontes de energia renováveis em seu Plano Nacional de Desenvolvimento para o ano 2030. O Chile também tem planos para aumentar substancialmente sua proporção de energias renováveis, visando alcançar uma participação de 20% de energias renováveis não-convencionais na matriz elétrica em 2025, de acordo com a Agenda Energética do Chile – atualmente as energias renováveis não-convencionais somam 7% da geração elétrica (2014). Já a Bolívia tem um plano para desenvolver métodos alternativos de geração de energia como estratégia para a universalização e diversificação da matriz energética do país.

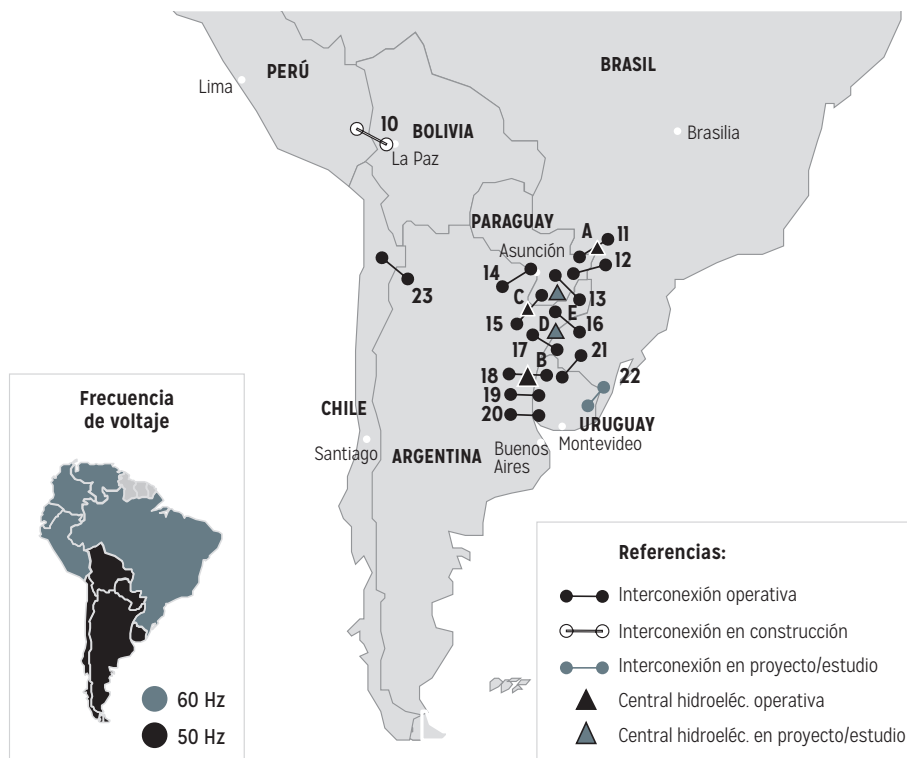
Portanto, esperam-se aumentos significativos da participação de fontes renováveis em todos os países da região. Energia eólica e solar são fontes de geração intermitentes, o que não garante sua disponibilidade permanente, dependente de fatores externos incontroláveis. Portanto, é necessário planejar um sistema de proteção que cresça proporcionalmente à capacidade instalada destas fontes. Esse sistema de *back-up* pode ser otimizado a nível regional se os países tiverem um nível adequado de integração de suas redes elétricas. O tipo mais comum de *back-up* (por exemplo na Europa) se baseia na capacidade térmica (em particular gás), que assegura o abastecimento em caso de falha ou intermitência da fonte renovável, devido à sua característica de *despachabilidade*.

Apesar da geração hidroelétrica também ser intermitente, pode observar-se em algumas regiões certa complementariedade entre os padrões de geração eólica, solar, e os perfis de geração hidroelétrica, reduzindo a necessidade de *back-up* térmico. Também pode haver complementariedade entre a geração eólica de diferentes regiões. Estas complementariedades serão mais prováveis e relevantes quanto mais ampla for a região interconectada, com diferentes bacias hidrográficas e perfis de vento.

3. Integração elétrica: das interconexões pontuais até uma verdadeira integração regional dos sistemas

As interconexões elétricas na região são de dois tipos: as interconexões fronteiriças pequenas, que respondem a necessidades específicas e geralmente localizadas, e as grandes centrais hidroelétricas binacionais cuja geração se divide entre dois países intervenientes. As interconexões fronteiriças foram estendidas gradualmente ao longo dos anos, mas ainda são relativamente pequenas em comparação com o tamanho dos mercados e sistemas aos quais se unem. Uma verdadeira integração elétrica requer não só interconexões de maior potência elétrica e linhas de transmissão, como também linhas de transmissão reforçadas em ambos os lados das interconexões, para aproveitar as complementariedades entre os países e gerar redundâncias que aumentem a confiança dos sistemas.

Mapa 2: Interconexões elétricas entre os países do Cone Sul



Fonte: CIER (2014). Síntesis Informativa Energética de los Países de la Cier - Datos del año 2013. Disponível em: <http://www.cier.org.uy/d06-sie>.

Tabela 2: Características das interconexões elétricas entre os países do Cone Sul

NÚMERO NO MAPA	PAÍSES	CIDADES	TENSÃO	POTÊNCIA	SITUAÇÃO ATUAL
11	Brasil-Paraguai	Salidas de Central Itaipú	500/220 kV	14.000 MW	Operativa (60/50Hz)
12	Brasil-Paraguai	Foz de Iguazú (Br) – Acaray (Py)	220/138 kV	50 MW	Existente (60/50Hz)
13	Argentina-Paraguai	El Dorado (Ar) – Mcal. A. López (Py)	220/132 kV	30 MW	Operativa (50Hz)
14	Argentina-Paraguai	Clorinda (Ar) – Guarambaré (Py)	132/220 kV	80/90 MW	Operativa (50Hz)
15	Argentina-Paraguai	Salidas de Central Yacypetá	500 kV	3.200 MW	Operativa (50Hz)
16	Argentina-Brasil	Rincón S.M. (Ar) – Garabí (Br)	500 kV	2.000/2.200 MW	Operativa (50/60Hz)
17	Argentina-Brasil	P. de los Libres(Ar) – Uruguayana(Br)	132/230 kV	50 MW	Operativa (50/60Hz)
18	Argentina-Uruguai	Salto Gde. (Ar) – Salto Gde. (Uy)	500 kV	1.890 MW	Operativa (50Hz)
19	Argentina-Uruguai	Concepción (Ar) – Paysandú (Uy)	132/150 kV	100 MW	Op. emerg. (50Hz)
20	Argentina-Uruguai	Colonia Elia (Ar) – San Javier (Uy)	500 kV	1.386 MW	Operativa (50Hz)
21	Brasil-Uruguai	Livramento (Br) – Rivera (Uy)	230/150 kV	70 MW	Operativa (60/50Hz)
22	Brasil-Uruguai	Pte. Médici (Br) – San Carlos (Uy)	500 kV	500 MW	Operativa (60/50Hz)
23	Argentina-Chile	CT TermoAndes(Ar) – Sub.Andes (Cl)	345 kV	633 MW	Operativa (50Hz)

Fonte: CIER (2014). Síntesis Informativa Energética de los Países de la Cier - Datos del año 2013. Disponível em: <http://www.cier.org.uy/d06-sie>.

Por outro lado, a reorientação dos clássicos projetos hidroelétricos binacionais para o multilateralismo é um tema complexo, porém inevitável para alcançar verdadeiro progresso na integração dos sistemas elétricos. Também devem ser resolvidos os conflitos históricos sobre livre disponibilidade dos excedentes de geração não-consumidos internamente pelo Paraguai em Itaipu e Yacyretá. A renovação do acordo de Yacyretá pode gerar o ambiente adequado para isto – sabendo, no entanto, que a negociação voltará a trazer ao primeiro plano os pontos de vista diferentes sobre o valor atualizado da dívida (“aporte” vs. “empréstimo”). Outro caso é o lento progresso do projeto Garabí-Panambi, no qual, entre outros, deve-se analisar diversas questões socioambientais. Este projeto é emblemático como acordo bilateral entre os dois maiores países da região e relevante para a infraestrutura por incorporar uma conexão importante, que pode aumentar a confiança do sistema elétrico regional, incluindo a resposta a situações de emergência.

Tabela 3: Usinas hidroelétricas binacionais no Cone Sul

REF. NO MAPA	PAÍSES	DENOMINAÇÃO	RIO	CAPACIDADE INSTALADA (MW)	SITUAÇÃO ATUAL
A	Br-Py	Itaipú	Paraná	14.000	Em operação
B	Ar-Uy	Salto Grande	Uruguay	1.890	Em operação
C	Ar-Py	Yacyretá	Paraná	3.200	Em operação
D	Ar-Br	Garabí	Uruguay	1.500	Em estudo
E	Ar-Py	Corpus	Paraná	2.880	Em estudo

Fonte: CIER (2014). Síntesis Informativa Energética de los Países de la Cier - Datos del año 2013. Disponível em: <http://www.cier.org.uy/d06-sie>.

4. Integração tecnológica: do conteúdo nacional ao conteúdo regional

Tendo em conta uma definição ampla da integração energética regional, não se pode ignorar a importância do desenvolvimento conjunto de plataforma tecnológicas que originem cadeias de abastecimento competitivas.

A seleção dos setores-chavedeste esforço é fundamental, priorizando áreas com potencial de mercado interno, destacando a importância da independência tecnológica e a conveniência de ações coordenadas com terceiros – como atividades coordenadas de complementação técnica, pesquisa e desenvolvimento, por exemplo, em equipamento de energia eólica; bens e serviços utilizados na exploração de hidrocarbonetos não convencionais; e algumas questões de energia nuclear.

O objetivo final é a implementação seletiva de cadeias de produção integradas com competitividade internacional, evoluindo do paradigma de conteúdo nacional para o de conteúdo regional. É importante salientar que a diversidade de interesses entre os participantes faz com que o possível sucesso deste esforço dependa de um debate intenso e extenso sobre os componentes chave do programa.

V. Integração da Infraestrutura³

O cenário político na América do Sul transformou-se significativamente nos últimos anos, corroborando a necessidade de se pensar a região de forma mais integrada e estratégica. A proximidade física entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e a ausência de obstáculos geográficos significativos coloca os quatro membros plenos do Mercosul em uma posição privilegiada para uma cooperação estratégica no desenho de políticas públicas mais ambiciosas. Sobretudo no que diz respeito à integração física, que tanto poderá contribuir para ampliar os avanços educacionais, culturais e sociais, como a realização de negócios.

Ressalte-se o esforço de implementação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), lançada durante a 1ª Reunião de presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, no ano 2000. A iniciativa teve um papel importante no sentido de identificar os principais gargalos e potencialidades da região – no entanto, decorridos dezesseis anos, registram-se poucos avanços na resolução dos desafios logísticos e de infraestrutura, em especial no que diz respeito à harmonização de normas e regulações entre os países.

Por sua vez, o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN), principal foro de condução do processo de integração da infraestrutura física sul-americana, incorporou a IIRSA como seu foro “técnico”, e, desde então, vem aproveitando o acervo de trabalho acumulado entre 2000 e 2010 no que diz respeito ao planejamento territorial e à identificação dos projetos mais relevantes para a integração da infraestrutura regional.

Dentre os resultados já alcançados pelo COSIPLAN destaca-se o Plano de Ação Estratégico 2012-2022, que estabelece um conjunto de ações prioritárias, assim como a definição de uma agenda prioritária de projetos estratégicos e de alto impacto para a integração física e desenvolvimento socioeconômico regional.

Vale ressaltar, também, que os países sócios do Mercosul estão ancorados comercialmente num legado histórico e um patrimônio de acordos e compromissos firmados, que criam um ambiente propício para se avançar nas discussões em torno do estabelecimento de um processo de integração mais eficaz. Assim, é de fundamental importância a convergência de esforços dos membros plenos do Mercosul na coordenação de políticas macroeconômicas capazes de contribuir para intensificação da realização de iniciativas com capacidade para abrir caminhos para ampliar o comércio intra e extra regional.

A integração regional de cadeias produtivas pressupõe um programa intergovernamental de convergência dos principais parâmetros macroeconômicos, respeitando-se as devi-

³ Fonte: DURÁN, Washington; VACZY, Miguel. Integración física regional. Seminário Mercosul - Juntos Hacia el Mundo. CURI. Junho, 2016.

das assimetrias. A eficácia da liberalização comercial e a convergência macroeconômica implicam um ambiente setorial e microeconômico favorável aos investimentos produtivos, por meio do aumento dos investimentos e substanciais melhorias na infraestrutura subcontinental.

O investimento em infraestrutura nos países da América do Sul fica em torno de 3% do PIB da região – montante que não chega a ser suficiente nem mesmo para atingir os níveis mínimos de manutenção, muito menos para o desenvolvimento de integração para maior competitividade.

Portanto, é premente a discussão para o aprofundamento da integração em infraestrutura, a fim de se conferir competitividade às exportações dos países membros, dado que os custos de logística, juntamente com os custos de produção, são determinantes para a competitividade nas exportações.

Uma vez considerada a importância da conectividade e integração física regional como um mecanismo de desenvolvimento econômico, torna-se essencial o oferecimento de rotas de transporte que explorem o maior potencial para redução dos custos de transporte e logística da região, e de cada país. Ademais, é possível identificar a tendência de bancos de desenvolvimento em alocar recursos a setores específicos em infraestrutura, particularmente transporte, energia e saneamento - setor declaradamente prioritário no novo pacote de concessões e privatizações anunciado pelo governo brasileiro.

Também é fundamental levar em consideração novos métodos e soluções financeiras que precisam ser identificadas para facilitar a atração de capital estrangeiro para os países da região.

É necessário que o Mercosul enfrente e corrija no curtíssimo prazo os problemas que limitam o livre comércio intra-regional, tanto de bens como de serviços. Para isto, entre outras coisas é necessário completar o processo de harmonização de normas técnicas e estabelecer mecanismos de reconhecimento mútuo de registros (de alimentos, sanitários, fitossanitários e de qualquer outro tipo) e de certificação de cumprimento de normas. Em matéria de outras medidas que afetam o comércio (tanto de bens como de serviços) os países deverão se garantir que elas não se apliquem aos sócios. Isso reger deve se aplicar tanto para as medidas em vigor hoje quanto para aquelas que os países devem adotar no futuro.

Durante os 25 anos de vida do Mercosul, avançou-se em estudos e em algumas ações em diferentes eixos de integração física dos países da região, sendo a infraestrutura de transporte um de seus aspectos mais importantes. Entretanto, há dificuldades em efetivar avanços concretos na harmonização e convergência de aspectos técnicos, econômicos, legais, normativos, regulatórios e institucionais, fundamentais para que os custos logísticos das cadeias de exportação se reduzam de forma substancial e que as mesmas operem com a eficiência que os tempos demandam.

Na integração da infraestrutura física de transporte dos países do Mercosul deve-se buscar ações concretas que resultem na redução tangível dos custos logísticos. Isto permitirá dar maior competitividade às exportações dos países integrantes, dado que os custos logísticos junto com os custos de produção são os determinantes da competitividade dos países exportadores. Por isso, as cadeias logísticas de exportação devem ter em conta todos os custos desde o lugar de produção até o porto do país comprador.

Os principais custos da logística são compostos resumidamente pelo transporte, armazéns, seguros e administração. Geralmente os custos de transporte são uma parte importante dos custos totais de “logística”, que abarca muito mais do que só o transporte interno e a operação do porto. É por isto que no âmbito geográfico do Mercosul, que excede os espaços nacionais de seus países integrantes, se faz necessário tomar ações concretas para que os eixos físicos de transporte por onde se canaliza o comércio exterior tenham uma adequada dotação de capacidade de infraestrutura e de operações, baseada no uso flexível dos eixos e em instituições eficientes (normas, regulações, administração) – resultando em um transporte de funcionamento harmônico, coordenado, complementar, eficiente e eficaz que potencialize a competitividade das exportações dos países do Mercosul, tanto individualmente quando em conjunto. O desenvolvimento dos eixos de integração física de transporte passa então a jogar um papel chave na logística de exportação do Mercosul.

É necessário então voltar a postular várias perguntas que muitos especialistas têm analisado em inúmeros eventos: Observamos bem o que passa no mundo? Estamos nos preparando adequadamente para as novas exigências? Temos adequadas políticas de transporte multimodal? Temos adequadas políticas de vias navegáveis e portos que são ligações tão importantes nas cadeias logísticas?

A experiência indica que a tentativa de abarcar todos os eixos simultaneamente pode fazer com que os esforços percam eficácia, gerando desmotivação na aposta regional de garantia de um transporte multimodal integrado de baixo custo que potencialize a competitividade das exportações de cada país. Primeiro, deve-se destacar que a economia de escala chegou ao nosso continente, de forma que a integração de dois sistemas passa a ser chave: O sistema de transporte interno deve se integrar a um eficiente sistema de portos e vias navegáveis.

Nesse sentido, focar na Hidrovia Paraná-Paraguai (HPP) parece ser uma ação estratégica inadiável e de urgente atenção por parte do Mercosul. Desenvolver estudos e projetos que permitam seguir avançando mais rapidamente na transformação da HPP em eixo de baixo custo das cadeias logísticas do comércio exterior dos países do Mercosul deve ser um dos pontos da Agenda de Integração.

Para o melhor aproveitamento da HPP é necessário melhorar e ampliar seus portos e seus canais de navegação nas diferentes seções de sua longitude, zonas de cruzamento e ancoradouros de espera; incrementar a confiança e a segurança da navegação em todo

momento; manter os canais de navegação e dotá-los de maiores calados; compatibilizar pedágios e tarifas; baixar os custos de transporte; incrementar a frota de barcas/rebocadores e sua capacidade; capacitar tripulações; adequar e compatibilizar as normas e regulamentos aduaneiros e de transporte fluvial dos países do Mercosul etc.

Outro aspecto necessário a abordar são os canais e portos do Rio da Prata, visando garantir que a conexão e serviços de entrada e saída ao mundo da HPP não tenha restrições e conte com capacidade, flexibilidade e alternativas adequadas que assegurem um serviço ininterrupto.

O setor privado tem feito importantes investimentos, que tem incrementado o comércio regional por via fluvial de forma significativa (por exemplo, entre 1989 e 2009 as toneladas transportadas pela HPP se multiplicaram em quase 20 vezes). Isso demonstra que o impulso de desenvolvimento que gerou a política de integração regional adotada através do Acordo de Transporte Fluvial pela HPP tem sido bastante eficaz. Não obstante, hoje é necessário levantar muitas restrições e ineficiências, assim como implementar ações que promovam melhorias físicas e de gestão logística, considerando as exigências que a competitividade do comércio exterior impõe ao transporte.

Estudos e projetos de especial atenção na HPP deveriam abarcar sistematicamente os seguintes pontos:

1. Compilação de informação relevante e entrevistas com atores qualificados do setor.
2. Descrição da situação atual da HPP, no que tange a navegação, seções de canais, os portos e terminais, a frota, a organização, as normas e regulamentações, o tráfico, as cargas mobilizadas (principalmente agrícolas e de produtos derivados).
3. Projeções estimadas de fluxos e cargas agrícola, minerais, containers etc.
4. Análise de limitações e restrições.
5. Propostas de ação e de melhorias.

Progressivamente, isto deverá ser complementado com outros estudos e projetos sobre transporte que abordem com precisão temas de origem-destino, inter e multimodalidade, infraestrutura logística, tecnologia de navegação e informação, projetos de cadeias logísticas de baixo custo para diferentes mercadorias, estimativas sérias de custos e benefícios, alfândegas, etc.

A proximidade física entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, assim como a ausência de obstáculos geográficos significativos, coloca os quatro membros plenos e fundadores do Mercosul em uma posição privilegiada para uma cooperação estratégica

no desenho de políticas públicas mais ambiciosas. Os países sócios do Mercosul estão ancorados comercialmente em um legado histórico e em um patrimônio de acordos e compromissos firmados, que criam um ambiente propício para avançar nas discussões em torno do estabelecimento de um processo de integração mais eficaz.

No entanto, a reversão econômica e política vivenciada pelo Mercosul faz necessário reconhecer que, apesar de haver contribuído com uma melhora significativa no dinamismo comercial da região, também existe uma série de fatores que contribuíram para o retrocesso de seus objetivos, dentro dos quais se pode mencionar: 1) desequilíbrios macroeconômicos; 2) marcos regulatórios incompatíveis; 3) nacionalismos e protecionismos; 4) um aparato político-partidário; 5) crises econômicas; e 6) desvios ideológicos. Nesse respeito, é de fundamental importância a convergência de esforços dos membros plenos e fundadores do Mercosul na coordenação de políticas macroeconômicas capazes de contribuir para intensificar a realização de acordos de comércio preferenciais que possibilitem uma reconfiguração da participação do bloco na nova arquitetura do comércio internacional.

A integração regional de cadeias produtivas pressupõe um programa intergovernamental de convergência dos principais parâmetros macroeconômicos, respeitando-se as devidas assimetrias. A eficácia da liberalização comercial e da convergência macroeconômica implica um ambiente setorial e microeconômico favorável para os investimentos produtivos, por meio do aumento da liberalização e de melhorias substanciais na infraestrutura subcontinental, sobretudo no que diz respeito à produção de energia e de alimentos. Atualmente, a região dispõe da capacidade de ser um exportador mundial de alimentos com um elevado valor agregado de capital intelectual, com efeito sobre serviços e atividade industrial. Uma estratégia de produção de alimentos inteligentes pode impulsionar o desenvolvimento industrial e tecnológico dos países do Mercosul – incluindo os novos membros, assim que completarem o processo de incorporação ao bloco.

Da mesma forma, a América do Sul possui um papel central na geopolítica da energia, por contar com uma invejável diversidade de fontes energéticas, incluindo gás, petróleo, sol e vento, biocombustíveis e recursos hídricos. No entanto, a região ainda possui um longo caminho a percorrer no sentido de superar questões estratégicas, políticas e econômicas para uma integração energética capaz de elevar sua participação no mercado global. Nesse sentido, tanto a busca por uma diversificação da matriz energética como a integração das cadeias produtivas para produtos agroalimentares, além das necessidades de investimento em infraestrutura, podem impulsionar o desenvolvimento da região de uma forma mais equilibrada.

Por esse motivo, é necessário avançar na construção de uma agenda de trabalho conjunta, no âmbito dos países do Mercosul, com vistas a desenhar políticas convergentes que sejam capazes de ampliar a produtividade e competitividade da região, e assim elevar o nível do comércio intra-regional e considerar a inserção da América do Sul na economia global. Mesmo assim, dada a importância da conectividade e da integração física regio-

nal como mecanismos de desenvolvimento econômico, é essencial atuar sobre os eixos de transporte que oferecem o maior potencial para reduzir os custos de transporte e logística da região e de cada país. Para esse processo, é fundamental a sucessiva prospecção e identificação consensual de projetos prioritários que possam contribuir de forma mais pragmática para a construção de um plano de ação entre os setores públicos e privados do Mercosul, favorecendo a competitividade do comércio da região sobre a base de uma logística regional integrada e de baixo custo.

Estes três setores são vistos como pilares fundamentais para o desenvolvimento integral de uma economia competitiva a nível internacional, o qual permitiria a reinserção internacional dos quatro países da região tanto na área comercial como no âmbito de investimentos diretos estrangeiros. É nesse sentido que a região deve se preparar para uma ampla estratégia de negociações internacionais que abarque e inclua tanto as negociações atuais com a União Europeia quanto uma aproximação estratégica e cuidados com os Estados Unidos e a China. Desenvolver essa nova e complexa estratégia de inserção internacional por parte dos quatro países requer o desenvolvimento de mecanismos institucionais que permitam uma ação coordenada por parte dos quatro governos.

Dessa forma, os desafios para avançar na busca por uma integração regional efetiva passam por um esforço de compatibilizar os marcos legais, normativos e regulatórios entre os países sócios, assim como abordar outros temas, entre os quais se encontram:

1. Facilitação do comércio intra-regional e internacional por meio da adoção de medidas que reduzam a fragmentação regional e promovam a integração das cadeias produtivas.
2. Harmonização das normas técnicas e de medidas sanitárias e fitossanitárias.
3. Fortalecimento da capacidade científica e tecnológica, principalmente no que tange o aproveitamento dos recursos naturais de forma mais sustentável.
4. Melhoria e fortalecimento da capacidade física, logística, operativa e administrativa dos eixos regionais de transporte com maior potencial para reduzir os custos do transporte e logísticos regionais e nacionais.

A Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, por meio dos representantes de seus governos e em conjunto com o setor empresarial, acadêmico e da sociedade civil, possuem um papel central para impulsionar, de forma objetiva, as iniciativas de integração regional no curto e médio prazo,- buscando, assim, propor soluções pragmáticas e identificar meios que permitam a construção de alianças estratégicas, admitindo que o desenvolvimento e o crescimento regional no século XXI está conectado a uma amálgama de indústria, serviços e cadeias de valor agregado global.

VI. Conclusões

O contraste entre o estado atual da integração regional e o potencial mercosulino em matéria de integração produtiva, abastecimento energético e conectividade física evidencia gargalos e setores prioritários nos quais a adoção de medidas específicas pode resultar no aprimoramento expressivo do desenvolvimento econômico e social regional, reformulando pragmaticamente o Mercosul.

À luz de um novo contexto político e econômico na América do Sul, aliado a uma nova arquitetura global do comércio e um ambiente normativo favorável ao desenvolvimento sustentável, torna-se oportuna e necessária a reflexão construtiva sobre o modelo de integração desejável e possível para a região do Cone Sul. Mais de vinte e cinco anos após a assinatura do Tratado de Assunção, o Mercosul revela deficiências e obsolescências que obstaculizam a sua inserção efetiva nas cadeias globais de valor, inibem a geração de economias de escala e limitam o aproveitamento da capacidade regional de produção de alimentos e energia.

Os desafios colocados ao avanço do Mercosul são multifacetados, envolvendo desde a baixa complementaridade na produção agropecuária e a falta de coordenação de políticas macroeconômicas entre seus membros até obstáculos ao comércio como barreiras não-tarifárias e ineficiência logística. É possível, entretanto, delinear caminhos para a superação de tais entraves através de um leque de medidas voltadas à promoção da harmonização de marcos regulatórios, da segurança jurídica de investimentos, da inovação tecnológica e do engajamento em negociações comerciais com parceiros novos e existentes.

Para a concretização da agenda de reformulação do Mercosul, porém, é fundamental o reconhecimento das limitações do bloco por parte dos governos que o compõem – processo no qual a plataforma conjunta composta por CARI, CEBRI, CEPEI e CURI desempenha papel crucial, na medida em que possui o potencial de oferecer, a tomadores de decisão, subsídios intelectuais desenvolvidos a partir de inputs do setor público, privado e da academia, com teor propositivo e pragmático.

VII. Referências bibliográficas

ALMEIDA, E.; D'APOTE, S.; FRITSCH, W. *Natural gas*. In: FRESCO, F.; PEREIRA, E. (ed.) *Latin american upstream oil and gas: a practical guide to the law and regulation*. London: Globe Law and Business, 2015.

ALMEIDA, E.; TREBAT, N. *A crise na Bolívia e seus impactos para a indústria de gás*. In: BICALHO, R. (ed.). *Ensaio sobre política energética*. Rio de Janeiro: Interciência.

ARPEL. *Trends of the natural gas sector in latin america and the caribbean*. Executive Reports. Abril 2016. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy->

[-economics/statistical-review-of-world-energy.html](#). Acesso em: 28 out. 2016.

CAMMESA. *Informe Anual: Características del mercado durante el año 2015. República Argentina*. Disponível em: <http://portalweb.cammesa.com/documentos%20compartidos/informes/informe%20anual%202015.pdf>. Acesso em: 28 out. 2016.

CASTRO, N. et al. *Integración eléctrica Bolivia- Brasil: Un vector de desarrollo regional económico y social*. Texto de Discusión del Sector Eléctrico n. 63. GESEL. Rio de Janeiro, Julho de 2015.

CASTRO, N. et al. *Integração elétrica internacional do Brasil: Antecedentes, situação atual e perspectivas*. Texto de Discussão do Setor Elétrico n. 64. GESEL. Rio de Janeiro, Agosto de 2015.

CASTAÑOS, Augustin; D'APOTE, Sylvie. *La reactivación de la integración energética regional en el cono sur. Seminario Mercosul – Juntos Hacia el Mundo*. CEBRI. Junho, 2016. Disponível em: <http://midias.cebri.org/archivo/Paper%20preliminar%20-%20Semin%C3%A1rio%20Merocsur%20Juntos%20Hacia%20el%20Mundo%20-%20CEBRI.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

CIER (2014). *Síntesis Informativa Energética de los Países de la Cier: Información del sector energético en países de América del Sur, América Central y Caribe*. Datos del año 2013. Disponível em: <http://www.cier.org.uy/d06-sie>. Acesso em: 28 out. 2016.

D'APOTE, S. *South american gas: Daring to tap the bounty*. International Energy Agency. Paris: OECD/IEA, 2003. D'APOTE, S.; CASTAÑO, A. Geopolitics and natural gas in south America. Task Force III IGU – International Gas Union. Dezembro, 2011.

DURÁN, Washington; VACZY, Miguel. *Integración física regional. Seminario Mercosul - Juntos Hacia el Mundo*. CURI. Junho, 2016. Disponível em: <http://midias.cebri.org/archivo/Paper%20preliminar%20-%20Semin%C3%A1rio%20Merocsur%20Juntos%20Hacia%20el%20Mundo%20-%20CURI.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

ITAIPU BINACIONAL. *Relatório Anual 2015*. Disponível em: https://www.itaipu.gov.br/sites/default/files/Relatorio_Anual_2015_Portugues.pdf. Acesso em: 28 out. 2016.

MINISTERIO DE HIDDROCARBUROS Y ENERGIA. *Política de energías alternativas para el sector eléctrico en el estado plurinacional de Bolivia*. La Paz, Dezembro de 2011.

PAPENDIEK, S.; IDÍGORAS, G. *Oportunidades para relanzar las negociaciones económicas internacionales del MERCOSUR: hacia una agenda agresiva de relacionamiento externo*. Grupo de países productores del sur. Março, 2016.

PIÑEIRO, Martin. *El sector de alimentos en argentina, brasil, paraguay y uruguay* (ABPU). Seminario Mercosul - Juntos Hacia El Mundo. CARI. Junho, 2016.

Disponível em: <http://midias.cebri.org/arquivo/Paper%20preliminar%20-%20Semin%C3%A1rio%20Merocsur%20Juntos%20Hacia%20el%20Mundo%20-%20CARI.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

BIANCHI, E.; SZPAK, C. *Mercados de exportación de productos agroindustriales actuales y futuros*. Grupo de países productores del sur. Dezembro, 2015.

OLIVEIRA, Adilson de. *Segurança Energética no Cone Sul*. In: JOCHEM, E. et al. *Energia: da Crise aos Conflitos?* Cadernos Adenauer, Ano VI, N° 04; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

La Alianza del Pacífico y el MERCOSUR: Hacia la convergencia en la diversidad. Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2014.

O Brasil e novas dimensões da integração regional. Walter Antonio Desiderá Neto (org.). Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 508 p. : il., mapas.

The labyrinth: how can Latin America and the Caribbean navigate the global economy. Andrew Powell (coord.). Washington, Inter-American Development Bank, 2015. <W:\Núcleos de Pesquisa\Brasil no Novo Contexto Sul- Americano\Bibliografia de Base\2015-Latin-American-and-Caribbean-Macroeconomic-Report-The-Labyrinth-How-Can-Latin-America-and-the-Caribbean-Navigate-the-Global-Economy.pdf>.

The Challenges of 2030: E15 Expert Group on Natural Resources - Scoping Exercise. Geneva, World Economic Forum (WEF), 2014 (ppt version). <W:\Núcleos de Pesquisa\Brasil no Novo Contexto Sul-Americanos\Bibliografia de Base\TheChallenges of 2030 - E15 - Sugestão Rafael Benke.pptx>.

*** Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI**

Conectado à agenda internacional, o CEBRI identifica e analisa as mais relevantes questões internacionais, promovendo o engajamento entre a produção de conhecimento e a ação política. Atua junto a instituições globais análogas, como o *Council on Foreign Relations*, nos EUA, a *Chatham House*, no Reino Unido, o CARI, na Argentina, além de diversos outros Conselhos de Relações Internacionais no cenário global. O reconhecimento de sua importância internacional é atestado ainda pela pesquisa *Global Go to Think Tanks*, conduzida pela Universidade da Pensilvânia, segundo a qual é considerado um dos *think tanks* mais relevantes do mundo.

Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales - CARI

O CARI é uma organização da sociedade civil, apartidária e sem fins lucrativos, que em sua extensa trajetória se consolidou como a instituição de referência no campo das relações internacionais na Argentina. A proposta do CARI consiste em estudar as principais questões mundiais e os rumos que a Argentina deve seguir tomar para lidar com tais questões. Para isso, o CARI oferece aos principais expoentes dos distintos setores públicos e privados a oportunidade de dialogar com seus pares, no país e no exterior, sobre as questões internacionais mais relevantes para a Argentina.

Consejo Paraguayo de Estudios Internacionales - CEPEI

O CEPEI tem o objetivo de fomentar as relações do Paraguai com o mundo, através do fortalecimento da democracia e desenvolvimento econômico e social do país. Este objetivo possibilita que o CEPEI seja pioneiro, em nível nacional, do envolvimento substantivo da sociedade civil no desenho de políticas públicas, especificamente nos temas referentes à inserção internacional do país. Para isso, o CEPEI tem estruturadas equipes de trabalho nas áreas de política exterior, economia e integração, segurança e defesa, energia e recursos naturais, sociedade civil e recursos humanos, além de promover encontros com autoridades estrangeiras que visitam o país e o Corpo Diplomático acreditado, para análises sobre aspectos centrais das relações exteriores do Paraguai.

Consejo Uruguayo para las Relaciones Internacionales - CURI

O CURI é uma associação privada, sem fins lucrativos, independente e multidisciplinar. O seu objetivo central é estimular o diálogo, geração de ideias e análises sobre as relações internacionais do Uruguai, a fim de contribuir para melhorar a inserção do país na região e no mundo. O Conselho Uruguaio mantém uma posição neutra e independente em relação às opiniões dos seus Conselheiros. Seus membros participam das atividades do Conselho a título pessoal.

Mercosul: crise e oportunidade de reflexão sobre a agenda de integração



Autora:
Lucia Baptista Maduro *

Contrariando a maioria das sondagens, Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos. Há consenso entre os analistas de que é prematuro avaliar sua política externa a partir das “promessas de campanha”, mas é legítima a preocupação sobre movimentos antiglobalização e sobre recrudescimento do protecionismo no comércio mundial.

Em junho de 2016, o mercado internacional já havia sofrido uma sacudida com a aprovação do Brexit que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia. Os impactos dessa medida são ainda obscuros quando o próprio processo negociador, anunciado para ter início a partir de março de 2017, é motivo de desavenças internas.

Esses eventos atingem a América Latina, em geral, e o MERCOSUL, em particular, em um momento de recessão ou de crescimento muito baixo. A Argentina está desenvolvendo grande esforço para retornar ao mercado financeiro internacional desde a assunção do governo Macri, o Brasil enfrenta a maior crise da sua história com forte impacto sobre o desempenho econômico, enquanto a Venezuela continua às voltas com seus conflitos domésticos com reflexos imprevisíveis sobre o futuro do país.

Em um momento em que a realidade particular de cada sócio contribuiu para dificultar o processo de integração no MERCOSUL, o cenário mundial acrescenta novas incertezas sobre os rumos da inserção internacional do bloco.

Os meses de julho, agosto e setembro de 2016 foram marcados por eventos que devem influenciar o MERCOSUL daqui para frente. O Uruguai, no fim de julho, considerou encerrado o exercício da sua presidência *pro tempore* no bloco sem a realização da reunião de cúpula de praxe. Pelo sistema de rodízio, caberia à Venezuela a gestão dos trabalhos no segundo semestre de 2016. A passagem da presidência *pro tempore* para a Venezuela contou com o apoio do Uruguai e forte resistência por parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai.

Embora uma solução negociada fosse a melhor opção, os desdobramentos políticos no Brasil e na Venezuela contribuíram para dificultar os entendimentos. Notas divulgadas pelas duas chancelarias mostram o estágio do diálogo bilateral. A Venezuela retirou seu embaixador do Brasil e decidiu “congelar” as relações bilaterais, enquanto que o Governo brasileiro repudiou os termos do comunicado emitido pelo Governo venezuelano e decidiu chamar seu Embaixador para consultas.¹

No dia 13 de setembro de 2016, os sócios fundadores do MERCOSUL – Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai – aprovaram a “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela”.²

A Declaração estabeleceu que a presidência do MERCOSUL no segundo semestre de 2016 não passaria à Venezuela, mas seria exercida por meio da coordenação entre os demais sócios. O argumento utilizado foi o descumprimento das obrigações previstas no Protocolo de Adesão, em especial a incorporação de normas do MERCOSUL no ordenamento jurídico venezuelano. No dia 1º de dezembro de 2016 seria feito novo balanço. Caso o descumprimento persistisse, a Venezuela seria suspensa do bloco.

A Argentina assumirá a presidência *pro tempore* do MERCOSUL ainda em meados de dezembro de 2016. Nessas circunstâncias, caberá à aproximação recente entre os governos da Argentina e do Brasil um papel fundamental para definição de uma nova direção para o bloco.

Com este cenário de fundo, este artigo reúne apontamentos para uma reflexão sobre o MERCOSUL e a renovação da sua agenda segundo uma visão brasileira. A primeira seção descreve os acontecimentos recentes, a segunda trata do debate jurídico-institucional sobre a passagem da presidência *pro tempore* para a Venezuela, a terceira procura

1 http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=47260:venezuela-condena-golpe-de-estado-contra-presidenta-dilma-rousseff-en-brasil&catid=3:comunicados&Itemid=108 / <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14690-comunicado-do-governo-venezuelano-sobre-suas-relacoes-com-o-brasil>.
2 <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14727-aprovacao-da-declaracao-relativa-ao-funcionamento-do-mercosul-e-ao-protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela>.

abordar o tema da suspensão ou graduação desse país, a quarta discute a importância do MERCOSUL para o Brasil e a última tenta formular uma agenda de trabalho de médio prazo para o novo período de transição do bloco.

A evolução dos últimos acontecimentos no MERCOSUL

No dia 23 de agosto, sob convocação do Paraguai, foi realizada reunião de coordenadores nacionais do GMC em Montevideu, com o objetivo de tratar do mais novo impasse vivido pelo MERCOSUL relativo à controvérsia entre os sócios fundadores sobre o direito ou não de a Venezuela assumir a presidência *pro tempore* do bloco, no segundo semestre de 2016.

O Protocolo de Ouro Preto, de dezembro de 1994 - marco institucional do bloco - indica no seu artigo 4º que a presidência do Conselho do Mercado Comum (CMC) será exercida por um período de seis meses, em um sistema alfabético de rodízio. O Uruguai, na presidência *pro tempore* durante o primeiro semestre do ano, considerou encerrado o seu período de gestão no dia 29 de julho, mesmo na ausência de uma reunião de cúpula que transferisse, como habitualmente, a condução dos trabalhos para o país seguinte.

Segundo o mecanismo de rodízio, caberia à Venezuela a condução do bloco no restante do ano. Esse país declarou-se na presidência. As duas iniciativas, tanto do Uruguai quanto da Venezuela, encontraram forte oposição por parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai.³

Os três sócios fundadores argumentaram que a Venezuela não cumpriu o compromisso de adotar o acervo normativo do MERCOSUL em quatro anos, a partir da entrada em vigência do Protocolo de Adesão.

Cartas diplomáticas foram trocadas, embaixadores foram consultados e a crise interna do bloco mostrou sua face. O MERCOSUL enfrenta mais uma vez um dilema provocado por crises nacionais e por diferenças de orientação política e econômica, agravado pela fragilidade institucional de regras e compromissos.

A não ser pela retomada da negociação MERCOSUL-UE, a agenda econômica da integração se encontra paralisada desde 2013. Naquele ano, a Venezuela assumiu a presidência do MERCOSUL por um período de seis meses que acabou sendo de um ano, com reflexos sobre a agenda e a vida administrativa do bloco.

O debate sobre a adequação de transferir a presidência *pro tempore* do bloco para a Venezuelana incorporou argumentos como a falta de cumprimento dos compromissos

3 <http://www.mre.gov.py/v2/Noticia/4332/viceministro-gauto-dijo-que-los-cancilleres-en-dias-deben-decidir-respecto-a-la-crisis-en-el-mercosur>.

indicados no seu Protocolo de Adesão⁴, avaliações sobre suspensão do país com base na “cláusula democrática” ou a possibilidade de sua “graduação” como membro associado.

A reunião dos coordenadores em Montevidéu – a qual a Venezuela não compareceu apesar de convidada - estudou alternativas prudenciais de saída da crise.

Uma reunião convocada pela Venezuela no dia 25 de agosto contou somente com as presenças do Uruguai e da Bolívia, este último país ainda em processo de adesão⁵. Não há registro de resultados, a não ser um longo calendário de reuniões na página da chancelaria, contendo a organização de atividades para o segundo semestre até dezembro, a maior parte delas em Caracas.⁶

No dia 13 de setembro, como mencionado, os sócios fundadores aprovaram a “Declaração Relativa ao Funcionamento do MERCOSUL e ao Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela”.

Em um sistema de administração compartilhada, esses países assumiram a gestão do MERCOSUL no segundo semestre de 2016, podendo tomar decisões inclusive no campo das negociações comerciais com terceiros países ou blocos de países. Sobre este último ponto vale registrar a Declaração dos Chanceleres do MERCOSUL divulgada no dia 18 de setembro, em paralelo à Assembleia Geral da ONU em Nova York, em que conclamam aos países da UE a reforçarem seu engajamento no processo negociador com o MERCOSUL.

Além disso, os sócios fundadores determinaram a data de 1º de dezembro de 2016 para nova avaliação. “A persistir o descumprimento das obrigações, a Venezuela será suspensa do MERCOSUL” diz a Nota 337 divulgada à imprensa pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

O debate jurídico-institucional sobre a presidência *pro tempore* da Venezuela

As diferentes posições dos sócios sobre a presidência da Venezuela suscitaram um debate de fundo sobre as normas do MERCOSUL. O Uruguai argumentou que a Venezuela tinha o direito de assumir a liderança do bloco tal como todos os demais. O fato de não ter concluído a incorporação de normas segundo seus compromissos de adesão não seria um obstáculo para a tarefa, considerando que também os demais não teriam incorporado a totalidade das normas aprovadas.

4 O artigo 3º do Protocolo indica que o acervo normativo será adotado gradualmente dentro de um prazo máximo de quatro anos a partir da sua entrada em vigor que ocorreu em julho de 2012.

5 <http://www.elpais.com.uy/informacion/paraguay-cancilleres-decidiran-crisis-mercosur.html>.

6 <http://www.mre.gov.ve> “Venezuela es Mercosur” com a figura de Simon Bolívar.

O Protocolo de Adesão da Venezuela indica no seu artigo primeiro que o país adere imediatamente ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL. Além disso, o país adotará o acervo normativo do Mercosul de forma gradual, o mais tardar em quatro anos contados a partir da entrada em vigência do Protocolo.

No debate sobre a presidência venezuelana do bloco, algumas questões merecem destaque:

- i) Com a entrada em vigor do Protocolo em agosto de 2012, o prazo de quatro anos para a incorporação das normas estaria esgotado em agosto de 2016;
- ii) Os três sócios teriam indicado a exigência não de incorporação de todas as normas, mas daquelas que já foram incorporadas pelos sócios fundadores. Segundo avaliações internas, a Venezuela teria incorporado 28% dos acordos internacionais e 70% das normas incorporadas pelos demais. Este parece ser o argumento jurídico contrário à presidência da Venezuela por parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai.
- iii) A regulamentação do artigo 20 do Tratado de Assunção, que trata da adesão de novos sócios, foi aprovada pela Decisão 28/2005. Esta Decisão exige a incorporação do acervo normativo, sendo inclusive destacada a necessidade de incorporação da TEC e do ACE 18 da ALADI, o primeiro instrumento vinculado à união aduaneira e o segundo às regras de livre comércio do bloco. Nem mesmo o ACE 18, fundamental para as relações comerciais da Venezuela dentro do MERCOSUL, teria sido incorporado ao ordenamento jurídico venezuelano;
- iv) A Venezuela, pelo seu lado, argumentou que teria incorporado um total de 953 normas, restando 261. Deste conjunto, 110 normas foram identificadas e notificadas à Secretaria do MERCOSUL como não adequadas para incorporação por questões técnicas e legais locais;⁷
- v) Não parece viável a utilização do mecanismo de solução de controvérsias para o tratamento de diferenças com um país que está em processo de incorporação da normativa do bloco. O artigo 2 do Protocolo de Adesão da Venezuela parece limitar, no período de transição, o uso do mecanismo de controvérsias às normas anteriores a assinatura do Protocolo. Um processo na esfera do Protocolo de Olivos levaria

⁷ <http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/politica/mercosur-ningun-pais-cumple-las-normas>.

provavelmente ao exercício de consultas internas e ações no âmbito do GMC e do CMC com o eventual recurso aos tribunais e a medidas compensatórias em caso de não cumprimento do laudo respectivo;

vi) O consenso permanece sendo o principal instrumento para validar a presidência no MERCOSUL. Como pedra angular do sistema de decisão no bloco, a melhor solução deveria ser a aceitação por todos, inclusive pela Venezuela, de um encaminhamento para a crise interna mediante negociação.

Como mencionado, a Venezuela já exerceu a presidência do bloco com impactos não menores sobre a agenda econômico-comercial. Esse país assumiu a liderança do MERCOSUL em julho de 2013, durante a suspensão do Paraguai. Pela primeira vez não foi realizada a Cúpula presidencial de final de ano e a Venezuela transferiu a presidência *pro tempore* para a Argentina somente em julho de 2014⁸.

É preciso considerar que muitas dificuldades foram vividas neste período. Além das crises nacionais na Argentina e na Venezuela e a deterioração da situação da economia brasileira, o MERCOSUL passou por um período de incerteza jurídica com a suspensão do Paraguai e com as dúvidas que surgiram quanto às normas aprovadas na sua ausência. Contudo, não é demais ressaltar que a presidência venezuelana conferiu prioridade aos temas políticos e contribuiu para o esvaziamento da agenda econômica. A falta de operacionalidade dos órgãos de administração comercial do bloco durante a gestão venezuelana determinou, também, dificuldades adicionais para o dia a dia do MERCOSUL.

Essa é uma avaliação que não tem relação direta com o cumprimento/incorporação de normas, mas sobretudo com funcionamento das instâncias decisórias e operacionais do bloco e estabilidade de regras e procedimentos indispensáveis ao ambiente de negócios.

Suspensão ou “graduação” da Venezuela?

O Protocolo de Ushuaia, relativo à cláusula democrática, foi assinado em julho de 1998, pelos sócios fundadores e pela Bolívia e Chile. O seu texto reafirma a Declaração Presidencial de Las Leñas de 1992, segundo a qual a plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para a existência e desenvolvimento do MERCOSUL. A ruptura da ordem democrática dá ensejo a aplicação de sanção que poderá ir da suspensão de participação nas instâncias do bloco à suspensão de direitos e obrigações. Essa medida deve ser tomada em consenso, sem a participação do país afetado.

A Venezuela confirmou, por Ata de Adesão, a sua subscrição ao Protocolo de Ushuaia

8 Ver Informe MERCOSUL 19 BID INTAL 2013-2014.

em junho de 2005. A sua vigência iniciou-se a partir de fevereiro de 2007. O Protocolo de Ushuaia poderia ser aplicado à Venezuela.

Quanto ao Protocolo de Assunção sobre a Promoção e Proteção de Direitos Humanos, assinado em junho de 2005, não há notícia sobre sua incorporação por parte daquele país. Esse é o caso, também, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL assinado em dezembro de 2002, em vigor desde julho de 2009. Algumas normas e acordos devem encontrar dificuldades especiais por irem de encontro às orientações de política na Venezuela e outras por exigirem reformas legislativas profundas. Em ambos os casos não é difícil imaginar os obstáculos para sua adoção, no cenário econômico e político atual do país.

Caso a Venezuela não pretenda incorporar os compromissos do Protocolo de Adesão, poderia optar por retornar à mesa de negociação. Se a escolha for por essa alternativa, pode ser necessária uma revisão de objetivos e de padrão de adesão, com eventual retorno do país à condição de Estado Associado.

A estratégia escolhida pelos sócios do MERCOSUL foi a de acordar um prazo para a incorporação de acordos e normas. A data de 1º de dezembro, indicada para nova avaliação sobre descumprimento de obrigações, parece ter sido escolhida para permitir maior clareza sobre os rumos políticos internos na Venezuela e, especialmente, para uma avaliação técnica com base nas disposições da Convenção de Viena sobre nulidade e suspensão de tratados.⁹

A Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados foi assinada em maio de 1969 e promulgada no Brasil pelo Decreto 7.030 de 14 de dezembro de 2009. Admite a nulidade, extinção, retirada ou suspensão da execução de um tratado mediante notificação.

O que esteve em discussão - após a notificação feita à Venezuela pela Declaração de 13 de setembro - foi a natureza da medida a ser adotada. A opção escolhida está relacionada à suspensão parcial do Protocolo de Adesão da Venezuela em relação aos seus direitos.

Desta forma, preserva-se a condição de Estado Parte do MERCOSUL para aquele país vinculada ao princípio do equilíbrio entre direitos e obrigações, mas o bloco recupera condições para destravar sua agenda interna paralisada há cerca de três anos. E mais - retoma a normalização institucional comprometida pela segunda vez pela Venezuela. O ano de 2016 será o segundo sem realização de Cúpula presidencial, tal como ocorreu em 2013.

Às vésperas da decisão, as autoridades da Venezuela indicavam sua disponibilidade de adesão ao ACE 18 da ALADI - acordo que regula o comércio interno no Mercosul - e reafirmavam que o país estaria à frente de outros sócios na incorporação normativa do bloco.¹⁰

9 <http://dai-mre.serpro.gov.br/legislacao/convencao-de-viena-sobre-o-direito-dos-tratados-1>.

10 <http://www.mre.gov.ve/index.php?view=article&catid=2:actualidad&id=48034:2016-11-30-01-26-59&format=pdf>

No dia 2 de dezembro de 2016, os ministros das relações exteriores da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai notificaram a suspensão dos direitos inerentes à condição daquele país como Estado Parte do MERCOSUL à chancelaria da Venezuela. A resposta, no dia seguinte, reitera a não aceitação da medida por parte da Venezuela e menciona a intenção de recurso ao sistema de solução de controvérsias do bloco através do Protocolo de Olivos.¹¹

No dia 14 de dezembro, em reunião do Conselho do Mercado Comum, em Buenos Aires, inicia-se a presidência *pro tempore* argentina do MERCOSUL.

Importância econômico-comercial do MERCOSUL para o Brasil

O debate sobre a transferência da presidência à Venezuela e sobre os temas correlatos atuais, embora relevante, parece elidir a realidade do MERCOSUL. O modelo de integração deve ser mantido ou revisto? Esta é a pergunta que interessa ao setor privado brasileiro que necessita de estabilidade e previsibilidade de regras. Afinal, é preciso ressaltar que o debate sobre o MERCOSUL que interessa ao País já vem sendo realizado há anos e não pode estar circunscrito às dificuldades do momento.

Os resultados do MERCOSUL são importantes para o Brasil? Com base nos últimos dezesseis anos, o comércio do Brasil com os sócios originais duplicou. A Tabela 1 mostra a balança comercial Brasil-MERCOSUL. O resultado comercial, fundamentalmente baseado na parceria Brasil-Argentina, reflete as oscilações das duas economias ao longo do período.

I http://www.mre.gov.ve/index.php?view=article&catid=2%3AActualidad&id=48021%3A2016-11-29-20-56-00&format=pdf&option=com_content&Itemid=325

II <http://www.mre.gov.py/v2/Noticia/6749/notifican-a-venezuela-el-cese-del-ejercicio-de-los-derechos-inherentes-a-la-condicion-de-estado-parte-del-mercosur#.WEXGtLuZCTQ.mailto> / http://www.mre.gov.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=48091:2016-12-03-18-37-06&catid=3:comunicados&Itemid=108

Tabela 1. Balança Comercial Brasil-Mercosul (US\$ Milhões FOB)*

ANO/MÊS	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA P MERCOSUL			IMPORTAÇÃO BRASILEIRA DO MERCOSUL			RESULTADO	
	VALOR (A)	VAR. %	PART. %	VALOR (A)	VAR. %	PART. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)
2000	7.740	0,00	14,0	7.796	0,00	14,0	-57	15.536
2001	6.374	-17,64	10,9	7.010	-10,09	12,6	-635	13.384
2002	3.319	-47,94	5,5	5.612	-19,94	11,9	-2.293	8.930
2003	5.684	71,28	7,8	5.685	1,31	11,8	-1	11.370
2004	8.935	57,19	9,2	6.390	12,41	10,2	2.544	15.325
2005	11.746	31,46	9,9	7.054	10,38	9,6	4.692	18.800
2006	13.986	19,07	10,1	8.967	27,13	9,8	5.018	22.953
2007	17.354	24,08	10,8	11.625	29,63	9,6	5.729	28.978
2008	21.737	25,26	11,0	14.934	28,47	8,6	6.803	36.671
2009	15.829	-27,18	10,3	13.107	-12,23	10,3	2.722	28.936
2010	22.602	42,79	11,2	16.620	26,80	9,1	5.981	39.222
2011	27.853	23,23	10,9	19.376	16,58	8,6	8.477	47.228
2012	22.800	-18,14	9,4	19.250	-0,65	8,6	3.549	42.050
2013	24.683	8,26	10,2	19.269	0,10	8,0	5.414	43.953
2014	20.421	-17,27	9,1	17.272	-10,37	7,5	3.149	37.692
2015	18.000	-11,85	9,4	12.385	-28,29	7,2	5.615	30.386
jan-jul 2015	10.655,1	0,00	9,5	7.725,8	0,00	7,2	2.929,2	18.380,9
jan-jul 2016	10.021,2	-5,95	9,4	6.276,8	-18,76	8,0	3.744,4	16.298,1

Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

* Considerando a longa série de dados, foi adotado o Mercosul dos 4 fundadores: Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O Protocolo de Adesão da Venezuela é de 2012, enquanto que o da Bolívia é de julho de 2015.

Depois de atravessar anos de grande expansão comercial – o biênio 1997-1998 foi o auge – o início dos anos dois mil foi difícil com a crise argentina em que foi abandonada a conversibilidade fixa da moeda após a desvalorização do real no Brasil, em 1999. Em 2002, o intercâmbio comercial (exportação + importação) sofreu queda de 33%, resultado de uma redução de quase 50% das exportações e outra menor das importações. Naquele ano, o Brasil registrou um déficit comercial recorde com os países do MERCOSUL.

Os anos seguintes registraram uma recuperação regular, mas a partir de uma base inferior. Esse movimento se prolongou até 2008, quando explodiu a crise financeira mundial. O intercâmbio comercial passou da casa dos US\$ 36,6 bilhões para US\$ 28,9 bilhões – uma redução de cerca de 21% nas trocas do Brasil com os sócios do MERCOSUL.

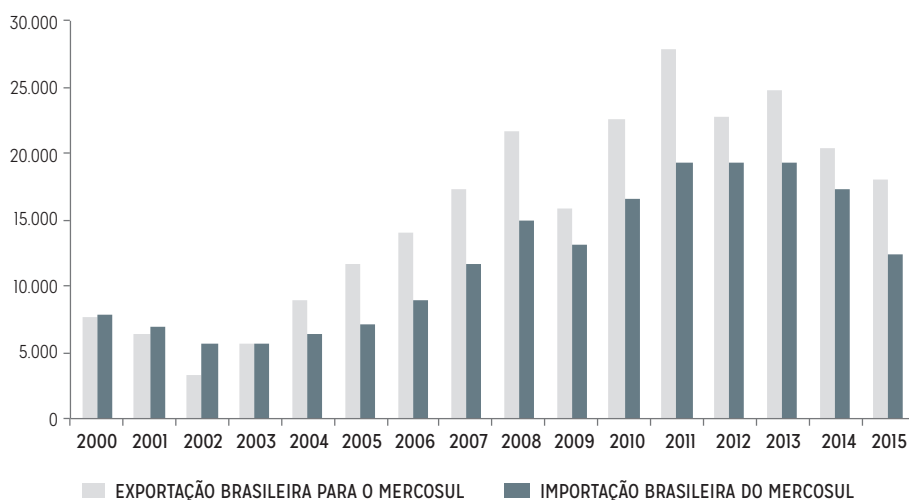
Nos anos seguintes, a situação econômica na Argentina veio se agravando. Os esquemas de contenciosos comerciais e de controle das importações naquele país pareciam se auto justificar nos cenários interno e externo. O comércio com o Brasil trilhou um caminho em que foi adotado todo tipo de barreiras não tarifárias, desde acordos de “restrição voluntária das exportações” até mecanismo de preço de referência como o “valor critério”, ampliação das listas de produtos sujeitos a licenças não automáticas e intervenções no mercado cambial.

Em 2010 e 2011, a taxa de crescimento da economia brasileira foi capaz de empurrar o comércio regional. Neste último ano, o intercâmbio cresceu 20% - crescimento proporcionado pelos aumentos nas exportações (23%) e nas importações (16%).

Em 2012, foram criadas as Declarações Juramentadas Antecipadas de Importações (DJAI) na Argentina, muito conhecidas pelo setor privado brasileiro. A gravidade da situação daquele país, fora do mercado financeiro mundial e com grande restrição de reservas em moeda forte, não permitia outras soluções se não impor também aos sócios do MERCOSUL as medidas de restrição comercial que vieram compor uma política comercial das mais restritivas do mundo. Essa política foi discutida e analisada poucos anos depois, em painéis de solução de controvérsias abertos por países desenvolvidos na OMC que resultaram na sua condenação. As DJAI foram suspensas somente no início de 2016.

Nos dois últimos anos da série, a crise econômica brasileira mostrou seus impactos no comércio intrabloco. Mais do que a queda das exportações, o tombo das importações brasileiras do MERCOSUL de 28%, em 2015 em relação ao ano anterior, foi muito negativo para as economias dos países sócios. A retração de investimentos e a redução da atividade econômica não fornecem alternativa para mitigar efeitos sobre parceiros em processo de integração. Tal como ocorreu em oportunidades anteriores, os interesses nacionais e as dificuldades internas passaram a exigir uma avaliação realista dos cronogramas de compromissos e obrigações determinados pelo Tratado de Assunção.

Gráfico 1. Balança Comercial Brasil-Mercosul (em US\$ Milhões)



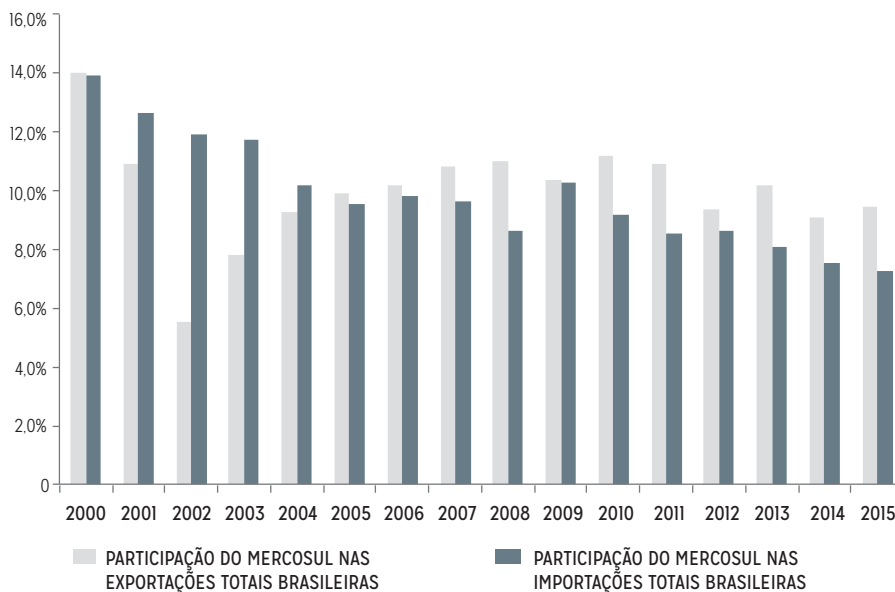
Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

Apesar da deterioração nas condições do comércio intrabloco ao longo do tempo, o Gráfico 1 mostra o resultado líquido favorável ao Brasil. Computando exportações e importações nestes dezesseis anos, apenas em dois anos houve registro de déficits comerciais para o Brasil. No restante do período, o resultado foi superavitário com o maior saldo registrado de quase US\$ 8,5 bilhões, em 2011.

Embora o desenvolvimento do comércio intrabloco tenha duplicado, como apontado acima, o comércio exterior do Brasil com o mundo triplicou no mesmo período com a consolidação do papel da China no mercado mundial e o *boom* dos preços das commodities. O MERCOSUL detém posição de relevo no ranking dos parceiros comerciais do País, no entanto, ao longo dos anos essa posição veio perdendo importância relativa. Seja pela oscilação cíclica do comércio seja pela ascensão da China na parceria comercial brasileira, a realidade é que o panorama mudou.

O Gráfico 2 mostra que, no início do período, esta perda de importância foi mais acentuada nas exportações brasileiras destinadas ao MERCOSUL do que no caso das importações provenientes dos parceiros. Mas o fato é que nunca mais as exportações brasileiras para o bloco voltaram a representar 14% das exportações totais, como no início dos anos 2000. Em 2015, a contribuição desse mercado não superou uma participação de 9,4% do total vendido pelo país ao exterior, apesar de alguma recuperação em relação ao ano anterior.

Se no caso do comércio exterior argentino podem haver reclamações sobre a substituição da oferta brasileira pela chinesa ou pelo menos sobre os efeitos mais severos das medidas não tarifárias sobre produtos brasileiros do que sobre os chineses, no Brasil a parceria com a China foi, também, sendo cada vez mais importante. A UE, principal parceiro do Brasil, trocou de lugar com a China como principal destino das exportações brasileiras a partir de 2014 e o MERCOSUL passou a ocupar a quarta posição após os EUA.

Gráfico 2. Evolução da participação do Mercosul nas exportações e importações totais brasileiras

Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

Do ponto de vista do setor industrial, essa análise não seria completa se não fosse verificada a posição do MERCOSUL no comércio de produtos industrializados brasileiros. Interessa à indústria brasileira ter clareza sobre quais os mercados relevantes para o Brasil, no momento de o País estabelecer prioridades para sua política comercial. A Tabela 2 registra a distribuição das exportações brasileiras para o MERCOSUL por fator agregado. Nos anos selecionados, é possível identificar a predominância quase absoluta das vendas da indústria para aquele mercado.

Tabela 2. Exportação brasileira para o Mercosul - distribuição por fator agregado (em US\$ Milhões FOB)

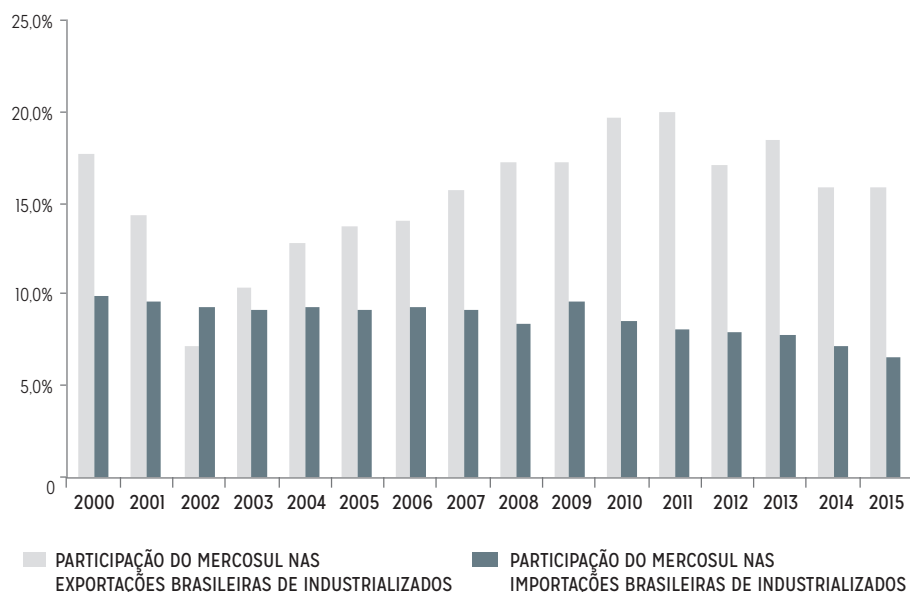
ANO	TOTAL VALOR	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		INDUSTRIALIZADOS		OP. ESPEC. VALOR
		VALOR	% TOTAL	VALOR (A)	% TOTAL	VALOR (B)	% TOTAL	(A)+(B)	% TOTAL	
2000	7.739,6	453,0	5,9%	192,9	2,5%	7.071,7	91,4%	7.264,6	93,9%	22,0
2008	21.737,3	1.074,4	4,9%	641,5	3,0%	20.001,9	92,0%	20.643,4	95,0%	19,5
2011	27.852,5	2.116,5	7,6%	643,3	2,3%	25.036,3	89,9%	25.679,6	92,2%	56,3
2015	18.000,2	2.196,3	12,2%	385,1	2,1%	15.391,4	85,5%	15.776,5	87,6%	27,4

Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

Pela ótica da participação do MERCOSUL como destino das exportações brasileiras de produtos industrializados, é indiscutível constatar a importância do bloco. O Gráfico 3 indica que essa contribuição chegou a quase 20%, em 2011, enquanto ficou em 11% a participação do bloco no total das vendas brasileiras para o exterior.

Nos dois últimos anos – 2014 e 2015 – parece haver uma estabilização/recuperação da participação relativa do MERCOSUL como destino das exportações da indústria brasileira (cerca de 16% nos dois anos), cuja evolução vai depender do desempenho das economias dos maiores sócios nos próximos anos.

Gráfico 3. Evolução da participação do Mercosul como destino e origem de produtos industrializados



Fonte: MDIC / Elaboração: Negint-CNI

O novo período de transição do MERCOSUL: uma janela para reflexão

Após completar vinte e cinco anos, os problemas do MERCOSUL permanecem associados a crises econômicas e a diferenças estruturais e de política que impedem o aprofundamento da integração. Nos últimos anos, no campo da agenda interna do bloco tem sido cada vez maior a sensação de inviabilidade de qualquer esforço de harmonização/convergência de políticas que permita ajustar condições de competitividade entre os países. A resposta dos sócios fundadores a essa situação foi no sentido de priorizar o alargamento do bloco em lugar do seu aprofundamento. Isto se fez sem revisão de com-

promissos e metas. Toda sorte de “flexibilidade” foi adotada para o não cumprimento “autorizado” das condições de livre comércio e de regras da união aduaneira, enquanto prazos para implementação de compromissos foram regularmente prorrogados.

Em relação à agenda externa do MERCOSUL, a avaliação corrente é de isolamento e de ausência do bloco das grandes cadeias globais de valor. Um modelo fechado de integração e a assinatura de acordos comerciais irrelevantes ao longo dos anos estão por trás dessa avaliação.

A perda do *timing* propiciado pelo boom das commodities para uma inserção internacional mais ampla é agora página virada. A eleição norte-americana e a aprovação do Brexit agregam novas incertezas e nebulosidade à governança e ao comércio mundial. O ambiente de fadiga da globalização com perspectivas de aumento do protecionismo aponta para um papel menor por parte da OMC do que aquele desempenhado anteriormente, como promotor da abertura comercial. O futuro dos grandes acordos regionais também parece incerto, pelo menos nos formatos originais de suas negociações.

Cabe aos sócios do MERCOSUL identificar os riscos e as oportunidades desse novo cenário para definir um modelo de inserção adequado aos novos tempos e que possa contribuir para a recuperação do crescimento econômico.

Em julho de 2015, a Cúpula do MERCOSUL realizada em Brasília passou a presidência ao Paraguai e definiu um novo período de transição para o processo de integração. As decisões que trataram de temas econômicos determinaram, basicamente, novos prazos entre 2021 e 2023 para a adoção das principais regras da união aduaneira. Neste conjunto estão incluídos regimes especiais de importação como drawback e outros, regimes comuns para bens de capital e bens de informática e telecomunicações, fim das listas nacionais de exceções à TEC, suspensão de ações pontuais de elevação da TEC por desequilíbrio comercial, dentre outras questões.

A Cúpula do MERCOSUL em Assunção, em dezembro de 2015, passou a presidência do Paraguai ao Uruguai. Não eram esperados grandes resultados após eleições presidenciais na Argentina e legislativas na Venezuela, mas boa parte do trabalho já havia sido feito: a criação de novo horizonte para os trabalhos de formação da união aduaneira, com possibilidade de reflexões internas sobre a integração que interessa a cada sócio.

A superação, no fim de agosto de 2016, do processo de ajuste político no Brasil e a possibilidade de avanços de reformas estruturais também criam a oportunidade para rever metas e compromissos. O que interessa ao País? Manter a meta de uma união aduaneira com uma TEC de janeiro de 1995 e regras comerciais comuns de difícil acordo entre os sócios?

Uma pesquisa realizada pela CNI, em julho de 2016, junto às maiores entidades empre-

sariais da indústria procurou identificar problemas operacionais decorrentes da paralisação da agenda econômica do MERCOSUL e, também, prioridades para a construção de uma agenda viável de médio prazo.¹²

Os resultados dessa pesquisa indicam que, do ponto de vista do setor industrial, não se trata de fomentar o dilema entre área de livre comércio e união aduaneira ou de rever novas adesões. Os operadores econômicos enxergam com clareza seus interesses imediatos e eles demandam prioritariamente ações para melhorias do ambiente comercial. Pouco ou nada representa a liberalização comercial entre parceiros quando a não cobrança de tarifas aduaneiras pode ter seus efeitos anulados por barreiras não tarifárias e outras vinculadas a pagamentos, controles cambiais e toda gama de medidas contrárias ao funcionamento dos mercados.

A pesquisa da CNI identificou, como principais dificuldades na agenda interna, as crises econômicas e dificuldades de pagamentos, falta de prioridade para a agenda econômica, ausência de entendimentos para simplificação aduaneira, insuficiência de medidas de facilitação de comércio, incluindo harmonização técnica e de medidas sanitárias e fitossanitárias, e lentidão nos processos internos de consulta e decisão do MERCOSUL sobre temas operacionais.

No campo da agenda externa, os principais obstáculos dizem respeito à falta de coesão de interesses ofensivos e defensivos resultando em ausência de uma política comercial comum, exigência de que a negociação com terceiros seja feita em conjunto pelos sócios, preocupação com a abertura comercial em cenário de escassos avanços na competitividade doméstica e falta de definição de prioridades e escolhas de parceiros na agenda negociadora de acordos comerciais.

Com o adiamento para 2021/2023 dos compromissos básicos da união aduaneira e considerando os trabalhos em curso nas esferas de negociação com o México e com a UE, os resultados da pesquisa CNI parecem apontar para duas ordens de questões: uma de natureza doméstica e outra relativa à reestruturação da agenda imediata do MERCOSUL.

No primeiro caso, caberia um “dever de casa” no sentido de avaliar, à luz das necessidades de ampliação da competitividade brasileira, qual o modelo de inserção internacional a ser adotado num mundo modificado, primeiramente, pela proliferação de acordos regionais e, posteriormente, por novas forças antiglobalização cuja extensão e consequências ainda não podem ser estimadas.

No segundo caso, uma agenda imediata viável para o MERCOSUL poderá ser estruturada a partir das seguintes questões, logo que o tema “Venezuela” esteja resolvido:

¹² Pesquisa realizada em julho de 2016 entre 26 setores da indústria representados por 37 entidades empresariais.

- Aliança estratégica com a Argentina de forma a consolidar prioridades e visões sobre objetivos da integração;
- Prioridade para a agenda econômica do bloco, procurando reverter a tendência dos últimos anos de prioridade para temas políticos;
- Medidas de liberalização comercial e de facilitação de comércio que apoiem o ambiente interno de negócios;
- Prioridade para temas novos que são incluídos na maioria dos acordos comerciais mais modernos como serviços, investimentos e compras governamentais;
- Negociações com o México e com a UE de forma a viabilizar acordos equilibrados;
- Maior aproximação com países da Aliança do Pacífico ampliando, também, a integração na América do Sul; e
- Simplificação institucional para agilizar o processo de tomada de decisão do MERCOSUL.

Referências Bibliográficas

CDPP Centro de Debate de Políticas Públicas e CINDES. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento Texto para discussão (junho 2016); *A Integração Internacional da Economia Brasileira: Propostas para uma nova política comercial*.

CNI Informativo Integração Internacional diversos números. *A crise no MERCOSUL: Suspensão do Paraguai e Adesão da Venezuela* (junho 2012); *Paralisação do MERCOSUL* (março 2014); *Cúpula do MERCOSUL* (dezembro 2015); *MERCOSUL: a crise interna e os interesses brasileiros* (3º trimestre 2016).

Motta Veiga e Rios (2016) *A Parceria Transpacífica (TPP): uma nova referência para os acordos de comércio?* Breves Nº 95 CINDES. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

BID-INTAL *Informe MERCOSUL 19* (2013-2014) e diversos números.

Rios e Maduro (2014) *MERCOSUL: é hora de rever o modelo?* Breves Nº. 86. Série Breves CINDES. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

Valls Pereira (2011) *As diretrizes da política de comércio exterior e a competitividade: o que mudou?* Cap 5 *A agenda de competitividade do Brasil* IBRE FGV.

Rios e Iglesias (2009) *América do Sul: respostas à crise* Breves N° 24 CINDES. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

Força-Tarefa O Brasil na América do Sul Promovendo a Integração e a Cooperação Regionais 2ª Edição (julho 2008) CINDES. Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento.

Núcleo Estratégico do MERCOSUL CEBRI Fundação FORD *Documentos de Trabalho* (2006) *Movimentos Sociais e o MERCOSUL, Aspectos Jurídicos e Institucionais do MERCOSUL e Agenda Interna do MERCOSUL e Perspectivas*

Acordos, normas e documentos do MERCOSUL site secretaria <http://www.mercosur.int>.

Lucia Baptista Maduro é economista graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com treinamento em negociações internacionais pela Universidade da Flórida.

É membro do Conselho Empresarial de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e do Conselho Técnico da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB).

Especialista em temas relacionados às negociações comerciais internacionais e à integração regional, é consultora da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Apoia a equipe da CNI de coordenação da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) – rede de organizações empresariais voltada para as negociações comerciais brasileiras.

Construiu sua carreira profissional na CNI, Unidade de Integração Internacional, e participou do sistema de consulta governo-CEB sobre as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), do acordo Mercosul-União Europeia e da Rodada Doha da OMC e sobre temas das agendas interna e externa do MERCOSUL.

Participou de missões da CNI ao exterior relacionadas às negociações comerciais. Trabalhou na constituição e operação do Foro Consultivo Econômico-Social do MERCOSUL (FCES), organismo de participação da sociedade civil no bloco criado pelo Protocolo de Ouro Preto.

É sócia da LCM Integração Internacional.



CEBRI  CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

WWW.CEBRI.COM.BR

CAF BANCO DE DESENVOLVIMENTO
DA **AMÉRICA LATINA**

WWW.CAF.COM